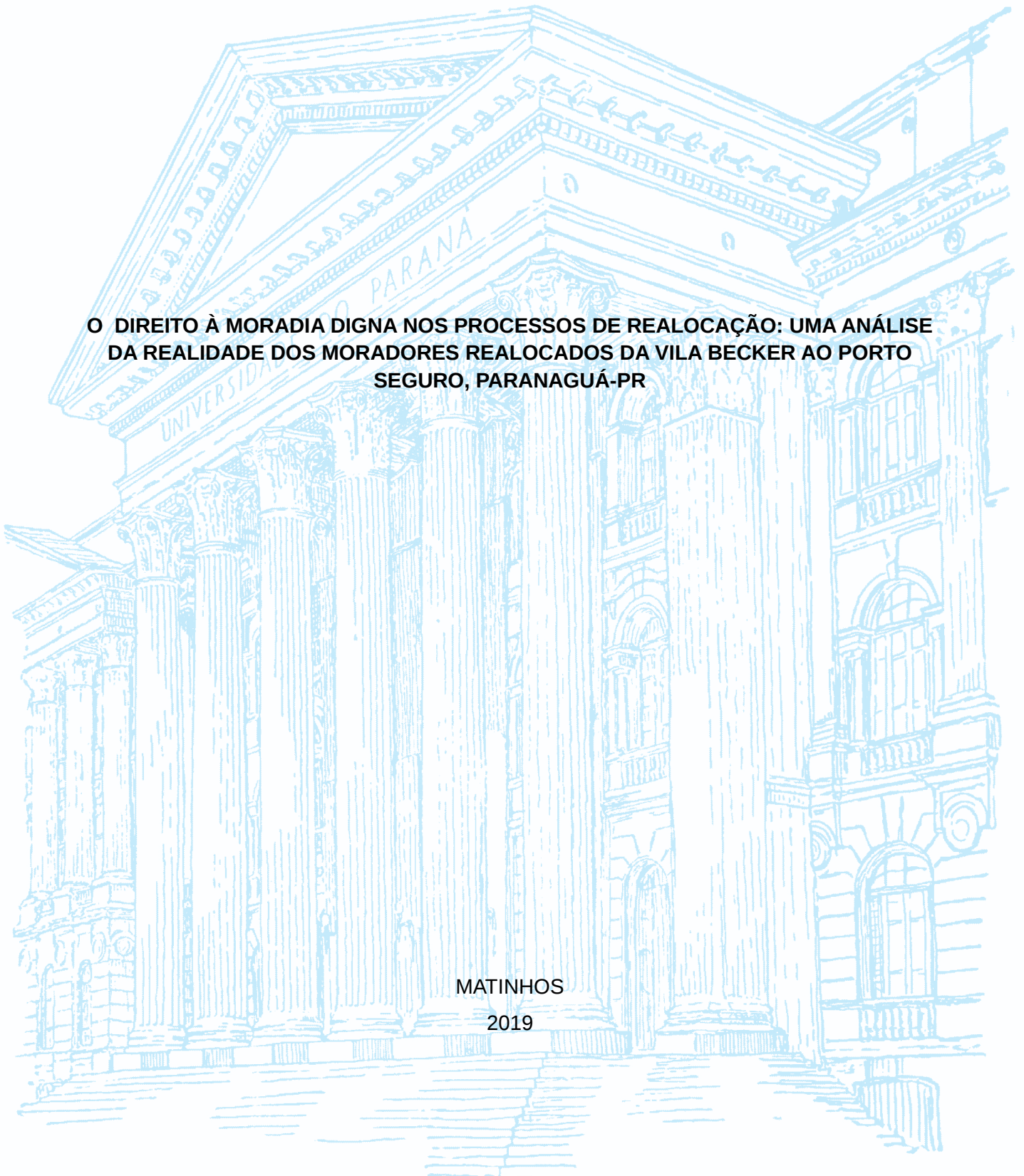


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATHÁLIA MAZUCHI DE OLIVEIRA

**O DIREITO À MORADIA DIGNA NOS PROCESSOS DE REALOCAÇÃO: UMA ANÁLISE  
DA REALIDADE DOS MORADORES REALOCADOS DA VILA BECKER AO PORTO  
SEGURO, PARANAGUÁ-PR**

MATINHOS  
2019



NATHÁLIA MAZUCHI DE OLIVEIRA

**O DIREITO À MORADIA DIGNA NOS PROCESSOS DE REALOCAÇÃO: UMA ANÁLISE  
DA REALIDADE DOS MORADORES REALOCADOS DA VILA BECKER AO PORTO  
SEGURO, PARANAGUÁ-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Serviço Social da Universidade Federal do  
Paraná como requisito à obtenção do título de  
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Doutora Silvana Marta Tumelero

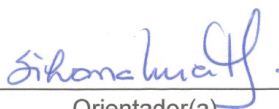
MATINHOS

2019

## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

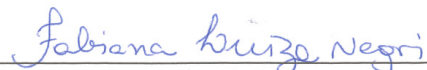
OS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA REALIZARAM EM 28 DE JUNHO DE 2019 A AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DE , sob o título O DIREITO À MORADIA DIGNA NOS PROCESSOS DE REALOCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DOS MORADORES REALOCADOS DA VILA BECKER AO PORTO SEGURO, PARANAGUÁ-PR., como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante sido APROVADA.

Matinhos, 28 DE JUNHO DE 2019 .



Orientador(a)

DRA. SILVANA MARTA TUMELERO  
UFPR



Integrante da Banca

DRA. FABIANA LUIZA NEGRI  
UFSC



Integrante da Banca

DRA. ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA  
UFPR

*Dedico este trabalho à minha mãe Déia Maria, cuja história de vida é símbolo de luta,  
resistência e sobrevivência.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus Guias e meus Orixás, pois sua defesa trouxe luzes em meus caminhos, principalmente nos períodos de dúvidas, conflitos e tristezas que passei nessa trajetória que chamamos de graduação. Estes, com seus ritos simbólicos, me mostraram sua presença, levando-me seu axé.

A minha amada mãe, Déia Maria, que em mim viu sua extensão para a possibilidade do novo, de novas escolhas e de ruptura com os condicionantes que sua trajetória lhe impôs. Mais que isso, agradeço pela sua coragem que sempre me ensinou a lutar, e por toda a sua generosidade, amor, escuta e cuidado nas horas que muitas coisas não pareciam fazer sentido. Esta é em mim o que tenho de mais valioso, à mulher que admiro imensamente.

Ao seu companheiro Miguel, por toda estrutura emocional e por toda sua sabedoria de vida, por sua crença em meu futuro e até mesmo pelos desacordos de visão de mundo, pois me ensinaram a respeitar o diverso, a olhar com carinho, admiração e compreensão a sua vivência. Sou imensamente grata ao nosso encontro nesta vida.

Ao Francisco, meu irmão, tão jovem neste mundo e que traz consigo a esperança de um outro futuro, e que, mesmo pelos choques de gerações conseguimos compartilhar a fraternidade do amor, criando laços de respeito e admiração, muitas vezes demonstrados no silêncio do olhar.

Aos amigos de longa data Lucio Paulo e André, por me ensinarem a duvidar da ordem social imposta, pelas conversas filosóficas e pela sensibilidade em me adotarem como irmã de coração e de outras vidas. Ao Ilan, pela sua doçura e empatia, pelos momentos incríveis de companheirismo.

A Camilla, minha pecharquinha, grande amiga e companheira de vida, agradeço pela generosidade em partilhar tantas coisas comigo, fica difícil mensurar em palavras todo o seu apoio, desde sua visão de mundo, das conversas em momentos difíceis, à materialidade de seu acolhimento. Trago em mim sua força, fraternidade e empatia. Aos amigos Samuel e Barbara, grandes aventureiros que me ensinaram a rir, chorar e poetizar até mesmo os momentos em que consideramos a vida uma grande trapaça. Agradeço a vocês também, por me ensinarem o gosto pela curiosidade do desconhecido, por me ensinarem através do amor, que ler é um ato

de revolução e libertação interna.

Ao Tarcilo e Isa, pelas visitas, pelo olhar cheio de doçura, pelas conversas e por estarem presentes em momentos tão simbólicos desta jornada. As lembranças de nossos momentos me levam a um lugar na memória que simboliza o aconchego de um lar.

A Yumi, que mesmo longe, em pensamento e em energia sempre tão próxima.

As amigadas que construí no período de graduação, em especial à minha amada Jordana, que me acolheu em seus braços, em seu lar e em sua família. A esse encontro de almas que é o nosso! Agradeço pelo seu olhar sensível, sincero e delicado, pela sua personalidade forte, pelo seu coração generoso e por me acolher de maneira tão intensa. Por acreditar em mim, por me fazer brilhar, pela sua disponibilidade em corrigir meus primeiros trabalhos, pelo café nos dias em que a mente travava, pelas palavras doces quando duvidei de minhas certezas, pelos almoços de domingo, pelo apoio material e pelas cervejinhas compartilhadas- estas que sem dúvida fizeram parte de minha apreensão do social.

A Mariana, por sua empatia em me mostrar as diferentes formas de analisar o mundo, por me ajudar no processo de desconstrução dos signos estruturais impostos socialmente, por me ensinar neste caminho, que nenhuma verdade é única e unilateral. Agradeço por compartilhar sua sabedoria, sua generosidade, e principalmente, agradeço pelas risadas, pelos encontros festivos e por me deixar habitar seu coração.

Ao Hudi pelo amor e pela vida dividida ao longo da graduação, pelas conversas e debates teóricos, pelo seu carinho e pelas músicas dançadas no encontro dessa vida.

A Ana Beatriz, amor que me trouxe luz e reaproximação espiritual, pelo seu ombro amigo e seu peito aberto, pelo cuidado rotineiro na difícil tarefa de construir um lar, agradeço também pelas discussões acerca de nossa graduação e pelas conversas “umbandísticas” sempre vindas com o ato simbólico do alimentar-se.

A Karol, que dividiu os processos de desenvolvimento deste trabalho, agradeço pelo carinho, incentivo e apoio.

A assistente social e mestre em Desenvolvimento Territorial, Fernanda, pelos

caminhos compartilhados e pela sua força e determinação, que me servem de inspiração.

As amigas de graduação Andreia e Marcella, mulheres que sempre me incentivaram e me apoiaram, agradeço pelos trabalhos divididos, pelas risadas compartilhadas, pelos momentos difíceis que me ajudaram a suportar, sempre com tanto amor, carinho e zelo.

Sigo amando vocês, torcendo por nossos futuros e sendo imensamente grata pela sorte do destino ter me concebido a chance de estar junto a vocês. Agradeço pela nossa tríade de força, pelas sabedorias distintas e por nosso encontro único e intenso.

Ao meu grande amigo Michael, à nossa amizade construída no decorrer da graduação, que no princípio, talvez por tamanha semelhança e magnetismo, nos repelíamos, mas que ao passar dos semestres fomos construindo o elo que envolve a partilha de sentimentos e histórias de vida. Sua amizade me trouxe um universo de conhecimentos, me levou a descobertas para além do imediato. Michael muitas vezes mediou meu conhecimento não apenas em matéria de Serviço Social, mas em leituras de mundo diversas, não negando-se em partilhar seus aprendizados e até no último momento, nas vésperas de apresentação deste trabalho, esteve comigo - incentivando minhas colocações, tirando dúvidas e tecendo pontuações brilhantes. Retrato aqui minha admiração pela sua busca de conhecimento, e a certeza que seu futuro, independente dos caminhos que traçar, trará sempre o brilho radiante da leveza de seu olhar. Leveza essa, que se assemelha àquela criança no campinho da Vila. Talvez essa criança imagética, que vire e mexe falávamos de suas saudades por ela, se assemelha muito ao nosso lugar de pertencimento, e que, apesar de todas as segregações e possíveis privações, traz consigo a alegria e a pureza de ser quem se é.

Agradeço a Silvana, conhecida por mim como Tumelero, levarei comigo suas incríveis mediações, agradeço pelo seu comprometimento com a docência, pela simplicidade na partilha de cada conhecimento, por sua atenção e preocupação com meu processo de apreensão, enquanto graduanda. Agradeço também, por sua orientação neste trabalho, pelos conhecimentos alcançados, por entender os momentos de minhas limitações e pela sensibilidade no tato, em me propor os

passos adiante na construção deste trabalho. Enfim, agradeço por ser parte de quem estou me tornando, por ser fonte de inspiração e pela sensibilidade nos momentos de troca.

Concluo estes agradecimentos à banca do meu trabalho de conclusão de curso, à Fabiana Negri, a qual estimo tanto, por sua trajetória de garra e força, pelas histórias compartilhadas de sua vasta experiência como Assistente Social, pelo seu olhar estratégico e comprometido com a classe trabalhadora da qual, em diferentes posições, nos assemelha e à querida Adriana Lucinda, que acompanhou minhas angústias de perto, me trazendo leituras sobre a realidade de maneira empática e gentil, sempre muito sagaz e sensível, agradeço por ter tido mestras tão incríveis como vocês em minha formação.

Por fim, quero dizer que sou fruto de investimento público, e portanto, fruto do trabalho da classe na qual me insiro. Ressalto que foram através de políticas sociais nas quais se traduzem em ações afirmativas a estudantes de baixa renda, que pude realizar minha graduação até o presente momento, e que, tal conquista é inerente a luta popular histórica por direitos. Foi esta que possibilitou romper com segregações que fizeram parte de minha trajetória. Se hoje estou concluindo uma graduação que me insere numa categoria que tem como primazia atuar na perspectiva de garantia dos direitos sociais, é inerente que neste ethos devo tecer minha atuação.

*Quando a gente acha que tem todas as respostas, vem a vida e muda todas as perguntas*  
Luis Fernando Verissimo.

*É preciso reafirmar que conhecer a particularidade de um território não significa extraí-lo ou apartá-lo da totalidade. Não significa exortá-lo da relação social que vive do trabalho, pelo contrário, significa inserir, concretamente, o cotidiano do homem ou da mulher que vive do trabalho.*  
Aldaiza Sposati

## RESUMO

O direito à moradia no Brasil é tido como um direito fundamental de todos cidadãos, previsto constitucionalmente pela força dos direitos sociais e tido como incumbência do Estado em seus poderes federativos, estaduais e municipais promover a garantia deste dever. A garantia de moradia digna representa condição necessária para alcançar os demais direitos sociais, tal como condições de saúde e segurança. A concepção de moradia digna não exprime meramente a proposição de um teto, mais que isso, interliga-se à qualidade de vida necessária ao habitar, o que intrinsecamente demanda disponibilidade de serviços e infraestrutura urbana, acessibilidade, habitabilidade, localização, entre outros. No cenário brasileiro, as políticas de habitação historicamente foram abarcadas pelo interesse do capital, haja visto os programas e planejamentos voltados ao grande mercado. Sob efeito dessa lógica, vemos a acentuação da segregação socioespacial, pela criação de moradias sem cidades. Condizentes a estas questões, este trabalho propõe-se ao debate sobre as condições de moradia de famílias que viviam em uma ocupação consolidada por mais de quatro décadas, no entorno da região portuária do município de Paranaguá- PR e que foram realocadas ao bairro Porto Seguro. Sendo objetivos específicos deste trabalho: a) evidenciar as condições da moradia que possuíam na Vila Becker e da moradia acessada no Porto Seguro; b) entender o significado do processo da realocação para os moradores; c) descrever e analisar as relações de vizinhança e pertencimento no território do Porto Seguro, assim como a noção de territorialidade neste fenômeno; d) compreender se a mudança de local de moradia interferiu na dinâmica de trabalho dos moradores. A metodologia utilizada neste trabalho foi de pesquisa qualitativa com subsídios de textos referenciais, de análise documental e de pesquisa empírica, utilizando a técnica de entrevista semiestruturada com os moradores realocados. Utilizamos como referenciais para análise, os estudos sobre o desenvolvimento e crescimento urbano no Brasil, o estudo da Política Urbana e seus dispositivos e o Plano Diretor do Município de Paranaguá, confrontados com a realidade cotidiana enfrentada por estes moradores. No contexto desta pesquisa, os resultados obtidos identificaram que todo o processo que envolve a desocupação da Vila Becker à realocação de moradores para o Porto Seguro, demonstraram medidas tomadas por diferentes níveis estatais envolvidos nesta ação que se contrapõe às normativas de direitos elencados na Política Urbana, no sentido em que a população envolvida não foi ouvida quanto ao desejo de permanecer no território, descartando a possibilidade de regularizar o território ocupado na Vila Becker; o tolhimentada participação social desses sujeitos no destino e na construção de sua nova morada; o afastamento de seu cotidiano e dos vínculos que possuíam e a ausência de infraestrutura urbana assim como de equipamentos públicos em seu novo bairro. Portanto, evidenciou-se que o processo de realocação destoou das premissas que envolvem os direitos sociais destas famílias.

Palavras-chave: Realocação; Direito à moradia; Direito à Cidade; Política de Habitação;

## LISTA DE SIGLAS

APP	-	Área de Preservação Permanente
APPA	-	Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina
CEBRAP	-	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEM	-	Centro de Estudos da Metrópole
CFESS	-	Conselho Federal de Serviço Social
COHAPAR	-	Conjunto de Habitação do Paraná
CRESS	-	Conselho Regional de Serviço Social
EIV	-	Estudos de Impacto de Vizinhança
FJP	-	Fundação João Pinheiro
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	-	Iniciação Científica
MCMV	-	Minha Casa Minha Vida
PLANHAB	-	Plano Nacional de Habitação
PDDI	-	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
ZEIS	-	Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1.1	Objetivos	13
1.2	Metodologia de pesquisa	14
1.3	<i>Locus</i> da pesquisa e problematização do direito à moradia	16
<b>2.</b>	<b>ANÁLISE DA DINÂMICA DA REALOCAÇÃO</b>	26
2.1	A Concepção de moradia digna, a ocupação na Vila Becker e a realocação ao Porto Seguro	27
<b>3.</b>	<b>VÍNCULOS SOCIAIS E TRABALHO NO PÓS REALOCAÇÃO</b>	40
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	50
<b>5.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	53
	<b>APÊNDICE 1</b>	57
	<b>APÊNDICE 2</b>	58
	<b>ANEXO 1</b>	59
	<b>ANEXO 2</b>	60
	<b>ANEXO 3</b>	61
	<b>ANEXO 4</b>	62

## 1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, na área de Serviço Social, permite realizar reflexões a partir do aprofundamento de questões relacionadas às expressões da questão social, permeando análises que desvelam o mundo das aparências. Propõe-se a um debate crítico da realidade apresentada, sendo este processo, essencial para a formação e a atuação de assistente social.

O interesse e escolha pelo objeto que apresentamos aqui surge em decorrência de pesquisa desenvolvida a partir da inserção no programa de iniciação científica da UFPR, iniciada no terceiro semestre de curso em 2017, cujo objetivo tratou de investigar a participação social de moradores viviam no entorno da região portuária de Paranaguá-PR, no fenômeno de realocação, que desde 2007, vem demandando a intervenção estatal a partir de diferentes organismos e níveis governamentais, tanto no âmbito do poder executivo quanto do Judiciário e do Ministério Público.

A realocação mencionada, envolve cerca de aproximadamente 420 famílias que residiam na Vila Becker e no Canal do Anhaia, região Portuária de Paranaguá/PR, em decorrência de Ação Civil Pública n. 200870080016432, do Ministério Público Federal contra a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), iniciada em 2007, a partir da instalação do Terminal Público de Álcool, que devido ao manejo de substâncias químicas nocivas, passou a representar risco ambiental e social à população residente nas proximidades.

Este processo determinou à APPA e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), a identificação e cadastramento dessas famílias habitantes no entorno do terminal, avaliando suas condições de moradia para medidas que inicialmente restringiam-se à realocação ao bairro intitulado Porto Seguro, mas que ao longo do processo ampliou-se à possibilidade de indenização (BRASIL, 2008). Ao total, foram realizadas 232 realocações para novas moradias ao bairro Porto Seguro e 190 indenizações no valor de R\$ 75 mil reais cada.

A aproximação a esta temática, tanto no que toca a ocupação ilegal de territórios, quanto sua interface, a “questão habitacional”, despertaram curiosidade e fascínio por seu entendimento desde de as primeiras pesquisas teóricas. Este sentimento de curiosidade e compreensão do fenômeno apresentado em IC, desdobrou-se na inserção em meios de

discussão, como da Câmara Temática Direito à Cidade, do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 11ª Região em Curitiba, que executa reuniões mensais, nas quais buscamos estar presentes, colaborando inclusive na elaboração e execução do II Encontro Regional de Serviço Social e Política Urbana: assistentes sociais na defesa do Direito à Cidade, realizado em outubro de 2017.

Igualmente na participação em eventos que tinham como pauta a questão habitacional, com a apresentação de artigos e resumos que expressassem os debates em defesa da reforma urbana. No ano de 2018, optamos pela realização do estágio obrigatório, no quinto e sexto semestres do curso de Serviço Social, na Secretaria de Urbanismo de Paranaguá, no setor de Regularização Fundiária Urbana, sob a supervisão da assistente social responsável, por entender a necessidade de estar próximo à realidade do fenômeno da realocação em questão.

No estágio, pudemos nos conectar com a realidade de Paranaguá e realizar análises de sua ligação com o cenário macro social. Além disso, identificamos os territórios ocupados e a segregação socioespacial expressa no cotidiano da Cidade. Com as rotineiras saídas de campo ao bairro de Porto Seguro, bairro relativamente novo e que através do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, o PDDI de Paranaguá (2007), foi regularizado como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS<sup>1</sup>, pode-se compreender um pouco do cotidiano dos moradores do bairro, entre eles os moradores realocados da Vila Becker.

Em consonância com a pesquisa que vínhamos realizando através da IC e a vivência ofertada através das oportunidades relatadas aqui, percebemos a necessidade de entender algumas questões pós realocação dos moradores da Vila Becker ao Porto Seguro que ficaram “no ar”, as quais descrevemos nos objetivos deste trabalho.

Para a exposição das análises e apresentação dos resultados desta pesquisa, o presente TCC foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda esta introdução, apresenta o tema e detalha o percurso metodológico.

O segundo capítulo apresenta as questões que determinaram a realocação dos moradores para o Porto Seguro, as condições que os moradores realocados encontraram em sua nova morada e a relação com a compreensão do direito à moradia digna.

---

1 “Considera-se ZEIS a parcela de área urbana instituída pelo plano diretor ou definida por outra lei municipal, destinada preponderantemente à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.” (BRASIL, 2017b, p. 1).

O terceiro capítulo aborda os aspectos que compõem as relações estabelecidas pelos moradores, no que tange a seus vínculos de amizades estabelecidas no bairro, dentre eles o estabelecimento de novos laços e a dificuldade que enfrentaram logo após sua realocação, em relação aos moradores que já habitavam o Porto Seguro. Por último, analise as questões pertinentes aos seus vínculos empregatícios e como a ida para um bairro à margem da cidade dificultou a possibilidade de tais ofertas.

### 1.1 Objetivos

Nesse viés, este trabalho se propõe a lançar luzes sobre o debate do cotidiano vivido por parte de moradores da Vila Becker em sua nova morada: o Porto Seguro. A partir de depoimento desses moradores e de análises bibliográficas, temos como objetivo geral de pesquisa compreender a dinâmica experienciada pelos moradores da Vila Becker na realocação ao Porto Seguro e sua vivência no novo espaço; e como objetivos específicos: a) evidenciar as condições da moradia que possuíam na Vila Becker e da moradia acessada no Porto Seguro; b) entender o significado do processo da realocação para os moradores; c) descrever e analisar as relações de vizinhança e pertencimento no território do Porto Seguro (marginalização; segregação); d) compreender se a mudança de local de moradia interferiu na dinâmica de trabalho dos moradores.

### 1.2 Metodologia de pesquisa

A metodologia utilizada neste trabalho foi de pesquisa qualitativa, o que, conforme apontado por Minayo,

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2002, p.21).

Sob esta perspectiva, buscamos, através da metodologia qualitativa, com subsídios de textos referenciais, o aprofundamento teórico sobre o fenômeno que nos propusemos investigar. Além disso, a pesquisa possui caráter documental, cujo processo

ocorreu pela coleta de informações da realidade, apresentada em documentos e, fundamentalmente pela pesquisa empírica, com abordagem de campo, utilizando a técnica de entrevista semiestruturada com os moradores realocados, os quais contribuíram para evidenciar informações que estão apresentadas neste trabalho, e na medida do possível, refletidas teoricamente.

Justificamos a escolha dos sujeitos da pesquisa, pelos moradores realocados da Vila Becker por se tratar de um território que diferente da situação dos moradores do Canal Anhaia, ou seja, a Vila Becker não faz parte de uma Área de Preservação Permanente (APP), cuja remoção de famílias que vivem nessas áreas serem contínuas pelo fato do grande risco de fragilidade ambiental que correm. Além disso, diversas reportagens na época mostraram a resistência de parte desses moradores em deixar sua moradia na Vila Becker<sup>2</sup>.

A pesquisa qualitativa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com 9 moradores, representando suas respectivas famílias realocadas. O material das entrevistas foi trabalhado mediante análise de conteúdo, respondendo aos objetivos específicos da pesquisa, quanto aos grupos familiares dos entrevistados somam o total de 27 pessoas, dos quais 16 são mulheres e 11 homens, a faixa etária dos moradores entrevistados é de 34 anos a 72 anos de idade.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas utilizamos a técnica *snowball*, na qual cada morador entrevistado indicou uma ou mais pessoas conhecidas que também foram realocadas. Esta parte da pesquisa demandou paciência e tato com a aproximação até os sujeitos, haja vista que muitos demonstraram desconfiança com o propósito da pesquisa e medo de que estas poderiam lhes prejudicar. Uma das hipóteses que levantamos aqui sobre este receio, está intimamente ligada ao fato desses moradores ainda não terem a titularidade de suas casas. Outro fato a ser exposto é que no começo das entrevistas, nas primeiras casas que tentamos aproximação, em 4 delas, os moradores que atualmente habitam o local, já não eram mais os realocados. Ao serem indagados sobre os moradores de origem, as respostas é que aqueles não moravam mais ali. Tais assuntos serão abordados posteriormente neste trabalho.

Cabe ressaltar que dentre as casas nas quais buscamos realizar as entrevistas, 4

---

2 A última reportagem que encontramos sobre este fenômeno ainda é relativamente nova, datada em 01 de setembro de 2018, demonstrando que quase dez anos após o início do processo, as famílias ainda resistem à remoção (FOLHA, 2018). Conforme consta no Anexo 1.

moradores se recusaram a participar, ressaltando que 2 destes eram moradores que ocuparam o território da Vila Becker por mais de 40 anos, segundo a própria fala deles ou relatado por vizinhos entrevistados, que os indicaram.

A identidade de cada morador(a) entrevistado(a) foi resguardada, e neste trabalho, usamos nomes fictícios para sua preservação. A opção pela utilização de nomes fictícios, ao invés de abreviaturas, está no sentido de atribuir uma denominação ao sujeito da fala, ou em outras palavras, para facilitar o entendimento da realidade vivida por essas pessoas, no imaginário do(a) leitor(a).

### 1.3 *Locus* da Pesquisa e problematização do direito à moradia

O locus da pesquisa foi município de Paranaguá-PR, mais precisamente a particularidade do bairro Porto Seguro, território para qual os moradores da Vila Becker foram realocados.

Cabe situar que Paranaguá integra o conjunto de sete municípios Paranaenses, juntamente com, Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos Morretes e Pontal do Paraná. Estes municípios ocupam 3,3% do território do Estado e correspondem a 19,06% da população do Paraná, segundo dados do PDDI (BRASIL, 2007).

Em relação a suas atividades econômicas, o município difere dos demais municípios litorâneos mencionados, por ter sua principal atividade econômica vinculada ao Porto enquanto que os demais têm no turismo de veraneio o centro da dinâmica econômica.

De acordo com o IBGE (2010), Paranaguá tem uma área territorial de 826,431 km<sup>2</sup> e uma população 140.469 pessoas. A densidade demográfica, segundo este mesmo Instituto, é de 169, 92 habitantes/km<sup>2</sup>. A estimativa apresentada pelo IBGE em 2016 era de que o salário médio mensal dos trabalhadores formais de Paranaguá era de 3,0 salários mínimos. No município são 42.068 pessoas que estavam trabalhando formalmente, em 2016, ou seja, cerca de 27,7% dos habitantes.

A porcentagem da população com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo em 2010 era de 35,7%. Nos dados do IBGE (2010), no quesito território e ambiente, o esgotamento sanitário adequado era de 81% e em relação à urbanização de vias públicas, em 2010, 29.7% tinha bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio.

As ocupações irregulares e favelas são as alternativas mais comuns à população

urbana de média e baixa renda no cenário brasileiro. Foi a "solução" encontrada pelo processo de desenvolvimento urbano para grande parte dos moradores das grandes cidades, tal como Rio de Janeiro e São Paulo (MARICATO, 2003).

Nas palavras de Rolnik (2015), o modelo predatório de como se constituiu a construção urbanística no Brasil traz em sua trajetória histórica, nos arranjos de moradia, "a autoconstrução em loteamentos precários nas periferias ou as ocupações de terrenos públicos ou privados." (ROLNIK, 2015, p.277).

Esse processo de urbanização tem sua nascente em território brasileiro no início da década de 1940<sup>3</sup>, atrelada ao processo de industrialização e modernização do país, sem deixar, entretanto, de reproduzir sua interface: as marcas da pobreza e miséria, que colocam grande parte da população exilada em espaços segregados. Isto é, o viés dessa modernização é destinado apenas para alguns; assim como a cidadania e os direitos também.

Entrelinhas, como apontado por Alvares (2019), o modelo desenvolvimentista constituído no Brasil, diferente dos países europeus e seu modelo de Estado de Bem-Estar Social, fora voltado ao crescimento da industrialização sem a preocupação com o estabelecimento de pacto social que assegurasse direitos sociais aos brasileiros.

A compreensão deste processo implica em entender que a lógica da cidade dual ou fracionada é importante para a percepção da segregação e exclusão, mas como acentuado por Maricato (2003), este entendimento não significa que o modelo de desenvolvimento pode se estender a todos.

Partindo desse contexto, a intensa urbanização em território brasileiro, que emerge no processo de desenvolvimento capitalista nas particularidades do país<sup>4</sup>, reflete as expressões das desigualdades sociais intrínseca à sua lógica de produção, também na

---

3 O formato de ocupação do território brasileiro é resultante do intenso processo de urbanização que ocorreu entre os anos 1940, sendo que a população urbana representava 23,3% do total e 2010, passando a se constituir em 84,4% do total (IBGE, 2010), incidindo em um déficit habitacional urbano e rural, estimado em 7,9 milhões de unidades habitacionais (FJP *apud* PLANHAB, 2009) e um número de assentamentos precários, nos quais se alojam cerca de 3,2 milhões de famílias (CEM/CEBRAP, *apud* PLANHAB, 2009).

4 Conforme apresentado pelo Conselho Nacional de Serviço Social - CFESS (2016) "As características da urbanização brasileira apontam para um crescimento, adensamento e expansão contígua à malha urbana das regiões metropolitanas, com a deterioração e despovoamento das suas áreas centrais e padrões desiguais de acesso à terra. Mostram o crescimento das fronteiras agropecuárias no cerrado e na região amazônica, com degradação ambiental, conflitos fundiários e tensões com as populações tradicionais, a exemplo dos povos indígenas e quilombolas. Há um crescimento urbano em cidades localizadas em áreas de extração mineral e de processamento do petróleo e vem ocorrendo um aumento populacional nas cidades de médio porte em determinadas regiões, com a redefinição de vetores de desenvolvimento e, conseqüente, deslocamento de grupos sociais"(CFESS, 2016, p.13).

construção do espaço urbano.

Nessa via, a questão urbana é aqui entendida como particularidade da “questão social”, haja vista que o radical desta última está na contradição existente entre uma produção que é socialmente coletiva, enquanto que a apropriação de seus frutos mantém-se privada e monopolizada por uma fração muito menor da sociedade. Assim, entendemos que a ocupação ilegal do espaço tem sua relação atrelada ao desenvolvimento capitalista, visto também que este desenvolvimento assegura a conformação do espaço, ou seja, a posse e controle da propriedade privada do solo.

Se retomarmos a história, no período escravocrata do país, os senhores supriam a moradia dos trabalhadores escravizados assim como suas demais necessidades de subsistência. A partir da abolição, essa incumbência não mais caberia aos senhores. O trabalho livre dá origem ao chamado déficit habitacional, visto que a mudança na relação de trabalho não implicou no assalariamento que equiparasse a manutenção e a sustentação da vida cotidiana dos trabalhadores (MARICATO, 2003; VILLAÇA, 1986).

Como afirma Flávio Villaça, o “homem livre”

[...] é antes de mais nada um despejado. Despejado de sua terra, de sua oficina, de seus meios de trabalho, de seus meios de vida. Começam então a afluir às nossas cidades milhares desses despossuídos, tanto brasileiros como estrangeiros. Eram os despejados das decadentes fazendas, como as de café no Vale do Paraíba, eram os despejados da Itália, eram os despejados das senzalas. Com o enorme crescimento das cidades através dessa população, surge o problema de seu alojamento, ou seja, surge o problema da habitação enquanto questão social. (VILLAÇA, 1986, p.14).

Neste prisma, Lúcio Kowarick (1993), ressalta que o chamado problema habitacional se vincula a dois processos encadeados: o primeiro refere-se às condições de exploração da força de trabalho, ou seja, a pauperização a qual está sujeita a classe trabalhadora, culminando no rebaixamento (absoluto ou relativo) do padrão de vida do trabalhador e o segundo processo, decorrente do anterior, é nominado como espoliação urbana, ou seja

[...] é o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho. (Kowarick, 1993, p.62).

Além disso, como pontuado por Maricato, a evolução das ocupações ilegais que acompanha o processo de urbanização da sociedade brasileira, é resultante da construção de um mercado imobiliário excludente:

Em países periféricos e semi-periféricos, como o Brasil, onde a industrialização se deu com salários deprimidos e grande parte dos trabalhadores não se integrou ao mercado de trabalho formal, a moradia não é também obtida via mercado formal. Freqüentemente, até mesmo ao trabalhador empregado na indústria fordista (a moderna indústria automobilística) falta poder aquisitivo para comprar sua moradia no mercado legal privado. (MARICATO, 2003, p.80).

O fato do mercado imobiliário não incluir a população de baixa renda é compreensível pela dinâmica capitalista, porém o que chama a atenção é que, no decorrer da história das políticas públicas de promoção de moradia no Brasil estas também estão atreladas à lógica mercantil. Desde a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH até os dias atuais, os principais programas de acesso à moradia voltam-se à lógica do capital, sucumbindo o direito da moradia digna à lógica de uma política de financiamento (ROLNIK, 2015). Ademais, tais programas são destinados a injeção de fundo público no grande mercado da construção civil e suas empreiteiras. Com isso, verifica-se que o enfoque dos programas públicos está dado, primordialmente, a quem tem o poder de consumo, excluindo a população de menor renda<sup>5</sup> ou de renda advinda do Mercado informal de trabalho.

Não se trata aqui da defesa de que as necessidades habitacionais da população de baixa renda correspondem a demanda de “casas próprias” a serem construídas, apenas isso não corresponde ao direito à moradia digna<sup>6</sup>. Trata-se de entender, como

---

5 Conforme Maricato (2003), o déficit habitacional brasileiro se concentra na população cuja renda é de cinco salários mínimos para baixo e como apontado pelo Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), “a falta de moradia digna incide nas famílias cuja renda é de até R\$1.200,00, corresponde por 92% do déficit habitacional brasileiro” (BRASIL, 2009, p.36).

6 Os aspectos mais abrangentes da concepção de moradia digna foi elaborado através de vários tratados universais junto a Organização das Nações Unidas e que a partir do marco de 1948 passa a tratar tal direito como um direito fundamental à pessoa humana. Este direito entrou em vigor no Brasil, a partir da Constituição de 1988. Formulado em 1991, a partir de um Comitê das Nações Unidas de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, composto por especialistas no tema, os aspectos que abrangem este direito inclui: a) Disponibilidade de Serviços e Infra-estrutura: acesso ao fornecimento de água potável, fornecimento de energia, serviços de saneamento e tratamento de resíduos, transporte, iluminação pública; b) Custo de Moradia Acessível: adoção de medidas para garantir a proporcionalidade entre os gastos com habitação e a renda das pessoas, criação de subsídios e financiamentos para os grupos sociais de baixa renda, proteção dos inquilinos contra aumentos abusivos de aluguel; c) Habitabilidade: a moradia deve ser habitável, tendo condições de saúde, física e de salubridade adequadas; d) Acessibilidade: constituir políticas públicas habitacionais contemplando os grupos vulneráveis, como os portadores de deficiências, os grupos sociais empobrecidos, vítimas de desastres naturais ou de violência urbana e conflitos armados; e) Localização: moradia adequada significa estar localizada em lugares que permitam acesso às opções de

pontuado por Rolnik (2015), que o déficit habitacional corresponde àqueles que necessitam morar. Para além disso, trata-se também da compreensão sobre a lógica desses programas, que além de financiar um direito e excluir parte das classes subalternas como já mencionado, traz consigo a subordinação ao capital das decisões de para quem, onde e de que forma investir em habitação.

Efeitos dessa lógica são evidenciados pela baixa qualidade estrutural das unidades habitacionais construídas<sup>7</sup>, comprometendo sua habitabilidade, visto sua implantação em espaços periféricos, nas margens da cidade, permeadas pela carência de infraestrutura urbana, além do não acesso a serviços básicos de saúde, educação e mobilidade, criando-se moradias sem cidades (ROLNIK, 2015).

O breve relato que apresentamos aqui, expõe a falta de alternativas que grande parte da classe trabalhadora enfrenta e que ainda hoje perpassam seu cotidiano, demonstrando que as ocupações irregulares que permeiam o processo histórico de formação das cidades brasileiras ainda é um fenômeno recorrente. Seja esta pela carência de políticas voltadas ao cumprimento das legislações que visam a função social da cidade e da propriedade privada, haja vista o Estatuto da Cidade - Lei n. 10.257- que regulamenta o capítulo da “Política Urbana” da Constituição brasileira de 1988 e impõe limites à “especulação imobiliária”, prevendo a busca pela ocupação do solo sob o caráter de interesse coletivo,<sup>8</sup> ou pelo investimento público orientado pelos blocos capitalistas que alimentam o mercado imobiliário restrito e conseqüentemente atenuam a exclusão social.

Como pontuado por Maricato (2003)

[...] nas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, nas áreas ambientalmente

---

emprego, transporte público eficiente, serviços de saúde, escola, cultura e lazer; f) Adequação cultural: respeito à produção social do habitat, à diversidade cultural, aos padrões habitacionais oriundos dos usos e costumes das comunidades e grupos sociais.

7 De acordo com matéria do Estadão de 2017, o MCMV, consolidado como maior programa de habitação do país, em levantamento feito pelo Ministério da Transparência, evidenciou que nas casas destinadas a faixa 1 do programa, cuja abrangência volta-se à população de menor renda, mais de 50% das construções apresentam falhas, comprometendo as condições de uso e segurança do imóvel. Além disso, o levantamento apontou que os principais problemas estão relacionados à pavimentação e à falta de equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde. Há também falhas na rede de drenagem e na rede de tratamento de esgoto sanitário. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,quase-50-das-casas-do-minha-casa-minha-vida-tem-falhas-de-construcao,70001654211>.

8 O Estatuto da Cidade que entrou em vigência em 2001, após 11 anos de trâmite, fruto de lutas de movimentos sociais na defesa de reforma urbana, prevê e explicita em seu Art. 2º, as funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Cabe ressaltar que dentre suas diretrizes gerais, está previsto o combate aos chamados “vazios urbanos”, impondo limites à especulação imobiliária, como posto em seu inciso e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização (BRASIL, 2001).

frágeis, cuja ocupação é vetada pela legislação e nas áreas públicas, que a população pobre vai se instalar: **encostas dos morros, beira dos córregos, áreas de mangue, áreas de proteção aos mananciais** (...) Na cidade, a invasão de terras é uma regra, e não uma exceção. (MARICATO, 2003, p.79 grifo nosso).

O caso de muitas cidades brasileiras como exemplificado acima, pode ser verificado também em Paranaguá-PR. As ocupações irregulares da cidade representam um produto social característico de um crescimento urbano marcado pelo modelo desenvolvimentista dominante e excludente, que se inicia no Município principalmente a partir dos anos de 1950.

Os estímulos ao desenvolvimento portuário, buscando a diversificação do mercado exportador e importador, e posteriormente a modernização tecnológica de sua estrutura, como estratégia para se manter em condições de competição em um mercado globalizado, passa a ser um dos fatores centrais no processo de urbanização da cidade (TUMELERO, 2015; VARELLA, 2018).

Cabe acentuar que num contexto de município portuário, o elemento comércio exterior é bastante significativo (TUMELERO, 2015), sendo uma das principais fontes que ligam o país ao comércio internacional. Isso exige a compreensão da inserção do Brasil nesse cenário, visto que a mundialização do capital impõem a países periféricos sua subordinação ao mercado mundial, constituindo-o como um país dependente, ou, na linguagem econômica liberal, como parte do grupo dos países em “desenvolvimento”. O que faz o município de Paranaguá constituir-se como um espaço/*locus* de entrada e saída de mercadorias, caracterizando-o como um canal de relação direta entre o comércio interno e externo, está registrado no PDDI.

Do ponto de vista econômico, o porto de Paranaguá – Porto Dom Pedro II – mantém com todo o Paraná, estados próximos e países de fronteira um intenso fluxo de mercadorias de importação e exportação, o que eleva a escala de abrangência do município para além das fronteiras nacionais (BRASIL, 2007, p.33).

Observa-se também, que há grande influência de empresas que estão localizadas na região do porto e que representam o movimento dos demais setores da cidade, característico da economia portuária. (ALBINI, 2011).

Conforme Tumelero (2015), em decorrência de ofertas de trabalho possibilitado pelos interesses do porto, a população diversificou-se significativamente através dos fluxos migratórios vividos nas décadas de 1950 a 1970, período de maior intensidade na

ocupação urbana do Município.

Além desse contexto, cabe expressar a limitação físico-geográfica do município, que por ser situado em área litorânea do bioma Mata Atlântica, delimitado por baías, mangues, florestas e densa malha hídrica, impõe limites ao crescimento territorial do município.

Assim, como pontuado por Varella (2018), a disputa pelo acesso ao território apresenta aspectos contraditórios: a luta pelo direito à moradia de um lado e do outro, os aspectos característicos de um sistema de expansão econômica marcada pela exclusão de parcela significativa da população de baixa renda.

Nas últimas duas décadas, os limitados espaços físicos da cidade passam a sofrer a amplificação da concorrência por vetores assimétricos. De um lado, a pressão por novas áreas de moradia, dado o aumento de fluxos migratórios, por outro, a reclassificação do zoneamento e apropriação de grandes áreas para expansão dos operadores do Porto, que avançou sobre áreas de potencial ocupação urbana ou já ocupadas irregularmente, impulsionando a população vulnerável para novas áreas periféricas da cidade, resultado da dinâmica de expansão portuária. (VARELLA, 2018, p.45).

A partir da apresentação desse quadro que compõe a constituição do processo de urbanização de Paranaguá, podemos afirmar que este processo possui fatores determinantes na construção e molde de seu território, conforme apresentado por Albini (2011). Dentre tais fatores destacam-se: o fato do Município ter sido berço da civilização Paranaense, tendo seu processo histórico vinculado ao porto, em todas as suas fases históricas, seja pré capitalista ou capitalista, “a exemplo, o seu uso durante os séculos XVII e XVIII para escoamento de ouro e outros metais preciosos à coroa portuguesa, no período colonial” (TUMELERO, 2015, p. 158); o fato de posteriormente, no período de desenvolvimento urbano, ter sua influência ligada ao comércio nacional e internacional, por possuir ligação rodoviária e ferroviária, gerando maior adequação ao fluxo de produtos; a cidade ter sofrido influências de todos os ciclos econômicos brasileiros; o município ter recebido grande número de migrantes do Estado, pelo atrativo de trabalho possibilitado pelos interesses no porto; o crescimento da cidade em número populacional e de expansão urbana, entretanto, apresentando limitações em seu território pelas restrições ambientais para uso ou não do solo, impondo limites territoriais ao crescimento urbano.

Desse modo, é visto que Paranaguá teve sua dinâmica econômico-social e vida

político-cultural estabelecida e moldada pela relação com o porto. Além disso, como observado por Tumelero.

[...] as atividades portuárias em Paranaguá não ocorreram sempre no mesmo espaço. Ao longo da história, a cidade contou com vários portos que foram migrando por diferentes espaços da cidade, conforme as atividades que desenvolviam e a adequação das condições ambientais para o respectivo funcionamento, impactando também na constituição dos espaços residenciais e na estruturação de serviços associados à dinâmica portuária. (TUMELERO, 2015, p. 178).

Dentro desse contexto, Tumelero (2015) pontua que a Vila Becker constituiu-se como resultado de ocupação irregular que se consolidou como loteamento, também irregular, no período de maior dinamismo econômico da cidade/porto, em razão da exportação do café<sup>9</sup>, na segunda metade do século XX. Arelado a trabalhadores cujas atividades profissionais eram voltadas à economia exportadora de café.

A relação porto-cidade e demanda de trabalho, começa a mudar a partir de fatores econômico-políticos pela dinamização do manejo cafeeiro, ocorrida pela iniciativa dos produtores, com apoio do governo estadual, de interiorizar o processo de seleção, armazenagem e comercialização do café, em busca de mão de obra com menores custos. Essa mudança abrupta marca a relação de separação entre porto-cidade, sendo que até metade dos anos de 1960, o principal produto exportado pelo porto era o café.

Tal situação impactou na configuração e reconfiguração da geografia urbana do município, haja vista a diminuição de oferta de empregos diretos ou indiretos ligados ao setor cafeeiro, mas não só, pois com os armazéns vazios, houve impacto também no setor de hospedaria e restaurantes. (GODOY *apud* TUMELERO, 2015).

Este período de transição marca o agravamento da pauperização dos trabalhadores no Município, conforme apontado por Tumelero (2015), visto que estes, naquela circunstância, faziam parte de um contingente de sem empregos e, na maioria dos casos, dada a precária formação técnica, encontraram dificuldade de se reinserir no mercado formal de trabalho, “ou seja, passam a constituir contingentes populacionais a viver na informalidade” (TUMELERO, 2015, p.189), implicando no agravamento da “questão social”, ao passo que não há responsabilização deste efeito por parte do setor portuário e nem pelo do Estado.

---

9 Em 1965, Paranaguá conquistou o título de maior exportador de café do mundo (GODOY *apud* TUMELERO, 2015).

Essas transformações provocaram mudanças profundas na relação sócio-espacial da cidade, a ocupação territorial que se constituiu no bairro Vila Becker (que posteriormente terão seus moradores remanejados), foi em razão da demanda de força de trabalho advinda da instalação portuária nessas redondezas. Conforme Tumelero (2015), a estrutura portuária denominada Porto D. Pedro II

[...] na medida em que se instalou em área praticamente desabitada gerou, em médio prazo, condições de infraestrutura viária no seu entorno, que acabaram, de algum modo, facilitando o processo de ocupação territorial. Mesmo que num primeiro momento demarcasse a separação porto/cidade, na sequência foi responsável pela expansão urbana. (TUMELERO, 2015, p. 187).

Ao passo que o porto induziu migrantes a ocuparem o entorno de sua estrutura em

[...] áreas integrantes do ecossistema dos manguezais, nas proximidades do Rio Emboguaçu, ou ocupar áreas de propriedade da União que não possuíam demarcação, ou ainda, como terceira alternativa, adquirir áreas de menor custo financeiro, mais distantes do núcleo urbano, porém destituídas de qualquer infraestrutura. (TUMELERO, 2015, p.188).

Entrelinhas, houve um crescimento desordenado na cidade, sustentado por um contingente de mão de obra barata e pauperizada, que por não ter alternativas de habitação, passa a ocupar áreas ociosas ou impróprias à moradia. Esse fenômeno marca a constituição da Vila Becker.

O crescimento desordenado em Paranaguá, assim como a ocupação irregular na Vila Becker, fruto desse fenômeno, é uma particularidade que persiste na formação histórica brasileira, acentuando-se pelo fato da cidade ter sua economia voltada à dinâmica portuária, como já pontuado aqui.

Há, de certa forma, um aval do poder público nessa forma de urbanização, haja vista a lógica de utilização e produção do espaço geográfico favorável à circulação de mercadoria, não primou por políticas de habitação para suprir a demanda apresentada. Conforme registro no PDDI.

Não há, no município de Paranaguá, uma política habitacional formalizada, claramente definida e institucionalizada. Como consequência, não há programas contínuos e/ou complementares para habitação de baixa renda, nem há um plano de regularização fundiária que priorize e estabeleça estrategicamente as ações para cada um dos assentamentos a serem regularizados. (BRASIL, 2007, p.175).

Por fim, como conclusão deste capítulo, cabe pontuar que a forma desordenada como foi concebida a urbanização de Paranaguá, assim como a ineficácia por parte do poder público em medidas eficazes para atender a população, fazem-nos perceber que as ocupações no município são reflexos da ausência de planejamento urbano por parte do poder Municipal, como construção de habitação social e regularização fundiária das áreas ocupadas. Concomitante a este processo, o que vemos é a exploração da força de trabalho por parte do Porto de um contingente de trabalhadores, sem se responsabilizar pelo ônus de seus feitos.

## 2. ANÁLISE DA DINÂMICA DA REALOCAÇÃO

A partir desse olhar sobre a formação e ocupação na Vila Becker, abordaremos de forma breve as questões que determinaram a realocação para o Porto Seguro, foco deste trabalho.

É importante mencionar que a ocupação da Vila Becker foi constituída sobre solo de propriedade da União e à medida que a região cresceu e se desenvolveu, na cidade não havia leis ou fiscalização específica para realizar o processo de regularização urbana de uso e ocupação do solo, conforme anteriormente apontado no PDDI (BRASIL, 2007).

Para a compreensão da realocação dos moradores da Vila Becker ao Porto Seguro, é necessário acentuar que este processo está atrelado à forma com que as políticas urbanas foram geridas no município. Nesse contexto, o PDDI da cidade concluído em 2007, realizado pela Prefeitura Municipal de Paranaguá através de assessoria da Universidade Federal do Paraná-UFPR e da Funpar, construído em ativa participação da população/sociedade, foi um importante passo para o rompimento com a gestão tecnicista na no planejamento urbano, sendo construído “com leis e mapas condizentes à realidade, assim também com proposições de novas zonas urbanas e rurais” (ALBINI, 2011, p.38).

No plano de desenvolvimento observamos que para construção do Plano Diretor foram realizadas pesquisas teórico-históricas de Paranaguá e da região do Litoral. Isso em relação a costumes, economia, interesses e entre outros. Também foram destacados os setores que movimentam a economia local, nisso o Porto ganhou destaque, pois, é o maior gerador do movimento financeiro local (ALBINI, 2011, p.39).

Ainda assim, conforme a autora supracitada, através do volume I do PDDI foi possível perceber os determinantes na construção do plano diretor de Paranaguá, ligados ao crescimento/desenvolvimento do porto, visto que como apontado no referido documento municipal, o porto é tido como quesito que fornece geração de renda e crescimento econômico para o município (ALBINI, 2011). Nessa via, verifica-se que o que definiu as prioridades na execução do Plano diretor foram, resumidamente, condicionantes voltadas ao porto e sua ampliação.

## 2.1 A Concepção de moradia digna, a ocupação na Vila Becker e a realocação ao Porto Seguro

Neste item, abordaremos análises a partir de relatos dos moradores realocados no que tange aspectos que envolvem a vivência destes no território antes ocupados e sua realocação ao bairro Porto Seguro, correlacionando as características vivenciadas e apresentadas por estes aos elementos que compõem o direito à moradia digna.

Conforme já apresentado, o direito à moradia no Brasil é tido como um direito de todos cidadãos, previsto constitucionalmente por força do Art. 6 que prevê os direitos sociais<sup>10</sup>, tido como incumbência do Estado em seus poderes federativos, estaduais e municipais promover a garantia deste dever.

Pertinente a isto entendemos que a defesa de moradia digna representa condição necessária para alcançar os demais direitos sociais e fundamentais, tal como condições de saúde e segurança.

Ademais, a concepção de moradia digna não exprime meramente a proposição de um teto, como demonstrado na problematização que trouxemos na Introdução deste trabalho, mas sim a qualidade de vida necessária ao habitar, o que intrinsecamente demanda disponibilidade de serviços e infra estrutura urbana, acessibilidade, habitabilidade, localização, entre outros.

Sob essa ótica, é persistente expor, como pontuado por estudiosos do urbanismos, a forma como são concebidas as cidades sob a hegemonia do capital, que produz em seu espaço a exclusão e segregação de grande parte da classe trabalhadora. Em outras palavras, o déficit habitacional sofrido por grande parte da população são impactos da ordem global de produção capitalista reproduzida no planejamento urbano, o que expõe o paradoxo entre a mercantilização do solo, de unidades habitacionais e o direito à moradia. Sabe-se que uma das expressões diretamente relacionadas a este fator são os movimentos de ocupação de territórios.

O fenômeno da ocupação na Vila Becker, como mostrado anteriormente, foi determinada pelas demandas de força de trabalho atrelada a atividades portuárias e que, no entanto, nem o Porto e nem a gestão do município tiveram de fato, no decorrer dos anos, a relevância de promover políticas voltadas à demanda habitacional desta

---

10 “[...] São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social [...]” (BRASIL, 1988, p.2)

população. As casas foram construídas por seus moradores, na medida de seu tempo livre e na condição de seus salários, no território que a partir das variadas circunstâncias, tiveram como alternativas, as quais, com o tempo foram sendo trocadas ou vendidas como forma de sobrevivência na dinâmica da sociabilidade capitalista.

Conforme a fala de uma das moradoras realocadas

*[...] lá era uma área portuária, muito sujo o lugar, a fumaça da fábrica lá era o dia inteiro e depois aqueles tanques de gasolina que começaram a construir com a gente ali, que ficou ainda mais perigoso pra gente. Eu não tinha poder aquisitivo para mudar de lugar, tinham pessoas morando há 40 anos lá, eu estava morando há nove anos, porque me divorciei e não tinha como me sustentar em outro lugar. Fui morar lá porque era o que tinha mais acessível, mas a localização eu nunca gostei, na verdade mais pela sujeira e fedor, a entrada pro porto estava cada vez pior, quando chovia era muito fedido o bairro (Moradora ELIZÂNGELA, 47 anos).*

O terminal de álcool no Porto (cujo vazamento serviu como a grande “causa” da ação judicial que culminou na realocação dos moradores), foi instalado em 2007, quando a ocupação já estava solidificada por mais de 40 anos naquele território. A vinda deste terminal provocou mais medo às famílias ocupantes, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade destas, conforme apresentado pela moradora Iolanda (60 anos): “[...] a gente morava numa casa que, quando chovia, molhava tudo dentro, o bairro emporcalhado, para respirar sentia dor de cabeça da fumaça, e os tanques também davam muito medo na gente”.

A instalação desse terminal é tido por diversas reportagens e veículos de comunicação da época como símbolo de desenvolvimento e bem-estar econômico para o município e para o país<sup>11</sup>, haja vista este ter sido o primeiro terminal público de álcool do Brasil.

No entanto, a instalação deste terminal não levou em consideração os impactos sociais de uma instalação deste porte, cujo o estudo deveria envolver a utilização de ferramentas como o Estudo de Impactos de Vizinhança (EIV), previsto no Plano Diretor do Município.

O Estudo de Impacto de Vizinhança, faz parte dos instrumentos urbanísticos de democratização da gestão urbana, previstos na Lei nº 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade. A partir desta Lei, entendemos a necessidade de utilização deste instrumento na busca por cidades socialmente justas e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2001). A

---

11 Reportagens à respeito encontra-se nos anexos 2 e 3.

interface do que aqui expusemos como cidades socialmente justas, está diretamente ligada à promoção de moradia digna e a extensão do que se concebe como o direito à cidade<sup>12</sup>, norte na formulação do mencionado Estatuto.

Como pontuado no capítulo anterior, a remoção das famílias da Vila Becker é decorrente de Ação Civil Pública do Ministério Público Federal contra a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), iniciada em 2007, a partir da instalação do Terminal Público de Álcool, que devido ao manejo de substâncias químicas nocivas e perigosas, passou a representar risco social à população residente nas proximidades.

O processo judicial determinou à APPA e à Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), a identificação e cadastramento de famílias habitantes no entorno do terminal, avaliando suas condições de moradia para medidas que inicialmente restringiam-se à realocação, contando com a colaboração do Município na disponibilização de áreas de terra para a construção de novas unidades habitacionais. Porém, o território disponibilizado pelo município não foi suficiente para atender a totalidade de famílias que demandavam a realocação. Em razão disto, no decorrer do processo houve abertura para a opção de indenização, no valor de R\$ 75 mil reais por propriedade desocupada.

Com base na análise do processo judicial, verificamos que a abertura para a possibilidade de indenização apenas decorreu por não haver espaço na mesma área para a construção de mais unidades habitacionais que contemplasse as famílias que ainda não tinham sido realocadas e que, a construção dessas casas em nova área, cedida pelo Município de Paranaguá, foi obstada por novos ocupantes, que obtiveram provimento judicial liminar de manutenção na posse (BRASIL, 2007).

As medidas de remoção de famílias que estão em territórios de ocupação é tido como de caráter extraordinário e no arcabouço das normativas mais amplas concernentes à política urbana, não há explicitação no que toca à participação dos grupos sociais envolvidos neste processo. Ademais, evita-se este tipo de ação nos territórios de ocupações já consolidadas, como é o caso do fenômeno estudado, por entender que estes grupos sociais têm sua dinâmica, cultura e vínculos já estabelecidos e que devem ser preservados (MP-SP, 2017).

---

12 O direito à cidade, conceito originalmente concebido por Lefebvre, busca a concepção de uma nova forma de vida urbana, cuja “[...] proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca)” (2008, p. 139).

Contudo, o aparato da política urbana nacional prevê a participação social como princípio de exercício de poder na decisão do planejamento das cidades, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos a serem tomados. Para sermos mais explícitos, o arcabouço legal instituído após o marco do Estatuto da Cidade, caracterizado como a primeira normativa nacional a tratar da participação social, inaugura uma série de regulamentos que prevê uma nova forma de planejamento, gestão e atuação na política urbana, sob formato democrático, participativo e descentralizado.

Neste contexto, o Planejamento Municipal, um dos Instrumentos da Política Urbana, o Estatuto da Cidade expõe com clareza que este tenha como eixo uma gestão orçamentária participativa, mediante realização de debates, audiências e consultas públicas, sendo “condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal” (BRASIL, 2001).

Em consonância com tais princípios de participação social, o Ministério das Cidades, em 2004, institui “A Política Nacional de Habitação”, cujo objetivo persiste na garantia de provimento à população, o acesso à moradia digna. Seu conteúdo também denuncia “a falta de transparência e ausência de controle social na elaboração de planos e na aplicação da legislação de uso, ocupação e parcelamento do solo tornam essas práticas ainda mais frágeis” e prossegue afirmando que “tais fragilidades restringem a participação de vários segmentos da sociedade, principalmente dos setores populares, nos assuntos relacionados com a produção e apropriação dos territórios urbanos.” (BRASIL, 2004, p. 21).

Entretanto, os depoimentos dos moradores entrevistados, deixa nítido que tais decisões já vieram consolidadas e impostas sobre seus destinos.

*A gente recebeu a notícia das pessoas lá do porto, que eles queriam aquela área ali e daí eles queriam realocar a gente dali. A gente não acreditou muito porque sempre tinha essa conversa que iam tirar o povo dali, mas nunca se sabe... passou muitos anos e não tiraram, então a gente não acreditou muito. Mas daí veio a turma da COHAPAR e começaram a pegar o nome das pessoas, tipo fazer a inscrição das casas (Moradora GRAÇA, 51 anos).*

*[...] quem deu a notícia foi a COHAPAR, não teve muito diálogo e assim a gente dizer como queria a casa essas coisas não, eles mesmos fizeram a casa e deram um prazo pra gente, porque daí se a gente não saísse nesse prazo eles derrubariam a casa, isso aí eu achei desrespeitoso porque a gente não é... Mas eu saí no prazo certinho que eles pediram, uma semana depois que eles avisaram, que a casa já estava construída e esperando os moradores (Moradora MARTA, 34 anos).*

*Eles levavam a gente lá no porto, daí a COHAPAR iria construir a casa aqui, então eles trouxeram já o projeto e como seriam as casas tudo certinho, e passavam no telão. Eles faziam reunião com as pessoas tudo lá no porto e passavam no telão como seriam as casas e tamanho de tudo (Morador LUCIO, 72 anos).*

No que toca à construção das unidades habitacionais no Porto Seguro, este processo foi mediante a contratação da COHAPAR, quando a APPA obteve autorização do Governo do Paraná para a dispensa licitatória. Nesse viés, a contratação da COHAPAR foi tida com o "objetivo de construir unidades habitacionais para realocação de famílias que residem na Vila Becker, no município de Paranaguá" (PARANÁ, 2009, p. 3).

Sobre este aspecto, é relevante a pontuação de Tumelero

Naquele ato, duas instituições de Estado — a COHAPAR (empresa de economia mista) e a APPA (autarquia pública/empresa pública) — assumiram a responsabilidade pela construção de moradias para realocação dos moradores do entorno do Terminal Público de Álcool. Tal processo configura-se de modo atípico ao disposto nos princípios e objetivos da Política Nacional de Habitação, a qual deve ser assentada sobre os princípios da descentralização, da participação e da cooperação intergovernamental, conforme manifestação da Secretária Nacional de Habitação [...] Até aquele momento, o município de Paranaguá esteve à margem desse processo (2015, p. 239).

Além disso, os relatos trazem a ausência de espaço democrático e poder organizado da população na participação para a definição da tipologia e dos arranjos internos da construção das unidades habitacionais, haja vista a padronização no processo de produção que envolvem a uniformização de medidas, materiais e componentes destas.

*Eles já deixaram a gente ciente do bairro que seria construída as casas, mas os cômodos da casa, o projeto, não, é padrão né, é um modelo padrão deles, a gente não teve, não optou em nada (morador RICARDO, 47 anos).*

De acordo com Rolnik (2015), a padronização das tipologias habitacionais está diretamente ligada à lógica mercantil de produção capitalista, uma vez que ao construir formas padrões, o tempo de construção diminui, acarretando em menor custeio. Ainda segundo a autora "a padronização, tanto do tamanho das unidades como de seus arranjos internos, tem como consequência a inadequação ao tamanho das famílias e, sobretudo, a não flexibilidade da moradia ao ciclo familiar" (ROLNIK, 2015, p. 310).

Antes de darmos sequência às questões concernentes ao Porto Seguro, é relevante expormos a situação que antecede a realocação de parte dos moradores ao

Porto Seguro. A partir de relatos dos moradores e de Tumelero (2015), a APPA providenciou a retirada de 32 famílias das áreas mais próximas ao terminal de álcool, subsidiando-as com aluguel social até o processo de reassentamento.

Sobre esse aspecto

*Esse aluguel eles depositavam um valor pra gente, na verdade eles davam o valor do ano todo do aluguel, 4,200. Daí a gente escolhia a casa pra alugar, por opção nossa, pagava aluguel e ficamos no aluguel durante quatro anos e depois que a gente veio pra cá. O valor do aluguel foi dado por eles, porque tínhamos que sair de lá, eles disseram que era perigoso ficar onde a gente morava e aceitamos, mas que eu saiba não foi acordado o valor do aluguel (Moradora Marta, 34 anos).*

*O aluguel social eu não recebi, porque eu tinha minha casinha, teve mto gente que foi pro aluguel social e se arrependeram até o último porque eles tinham que ir lá na COHAPAR e ficar implorando pelo aluguel, eles queriam me tirar de lá, foram conversar comigo porque minha casinha era muito próxima da onde era a firma, que tinha esses problema lá. Mas eu disse que não, porque se a casa vai sair logo e eu tenho minha casinha aqui porque eu vou pagar aluguel se eu posso ficar aqui e não pago nada? Eu já tinha escutado que quem foi pro aluguel se arrependeu, porque tinham que se humilhar pra ir lá receber. Eu achava muita humilhação, a COHAPAR já tinha que pagar antes. Graças a deus minha família não passou por isso, mas teve vizinha e colegas minhas que passaram por isso e foi triste de ver (Moradora Iolanda, 60 anos).*

*Quando teve o vazamento de álcool, os que moravam mais próximo dali foram os primeiros a serem retirados, ficaram morando de aluguel em outros lugares (Morador Maurício, 35 anos).*

A fala dos moradores também explicita que o período que ficaram dependentes do aluguel foi de aproximadamente 4 anos. Com base no depoimento sobre o valor total repassado a esses moradores, foi de R\$ 4.200 reais<sup>13</sup>, cujo valor destinado possibilita um aluguel mensal de no máximo R\$ 350 reais.

Na realidade de cidades com o porte de Paranaguá, este valor é praticamente irrisório para subsidiar o aluguel de uma família no mercado formal de imóveis, além disso, os próprios moradores ficaram incumbidos de acharem outra moradia. Essa medida não levou em consideração a renda mensal familiar e o fato de que as imobiliárias, em seus contratos de locação, exigem fiadores e comprovante de renda. Ou seja, tal ação contribuiu para que esta população continue no ciclo de irregularidades, à margem de seus direitos e sem quaisquer segurança jurídica, demonstrando novamente o hiato entre a forma de gerir a política de habitação do município e o direito à moradia digna.

---

13 Os valores de aluguel social foram informados pelos moradores e não tivemos acesso aos documentos da APPA que pudessem confirmar a informação.

Ademais, a morosidade no repasse destinado a este aluguel, como relatado anteriormente, demonstra o estado vexatório e de vulnerabilidade que estas famílias passaram ao longo desses quatro anos, como se o serviço público prestado pela COHAPAR fosse apenas um favor prestado a estas.

O bairro Porto Seguro foi intitulado como Zona Especial de Interesse Social a partir do PDDI de Paranaguá, este território cedido pelo poder municipal foi tido como o destino de realocação de grande parte das famílias que ocupavam o território da Vila Becker, cuja a localidade encontra-se no limite do perímetro urbano de Paranaguá e a aproximadamente 15 quilômetros de distância de onde moravam antes.

Sobre essa realidade, foi unânime entre as famílias entrevistadas o depoimento de como a distância dificultou aspectos de seu cotidiano. Como pontuado por Rolnik (2015), a definição de áreas afastadas, cuja exploração de preços advindos da especulação imobiliária ainda não chegou com intensidade. Para a construção de habitações de interesse social, como o caso do Porto Seguro, é a opção escolhida pelo poder para abrigar a população de baixa renda, o que corrobora na perpetuação da segregação socioespacial de uma determinada parte da população que tradicionalmente fora marginalizada (ROLNIK, 2015).

Esse deslocamento da população de baixa renda para as franjas da cidade, a exclui conseqüentemente da região de maior concentração comercial e de outros serviços: a região central, cuja a predominância de oportunidades econômicas e culturais se concentram em territórios de média e alta renda.

Ademais, como pontuado por Koga (2013), a vulnerabilidade de grupos sociais não podem estar pautados somente pelo quesito renda<sup>14</sup>, pois este acaba por velar outras contradições expostas territorialmente. Nessa via, a vulnerabilidade também se apresenta pela impossibilidade de acesso aos direitos sociais básicos de cidadania, dentre eles seguridade social, a domicílio decente e a serviços básicos.

---

14 Em seu trabalho "Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais" (2013), Dirce Koga expõe os dados do estudo sobre grupos vulneráveis no Brasil, feito pelo IBGE em 2010, que revela a proporcionalidade dos índices de vulnerabilidade pautados na renda e o outro na carência social. Em suas palavras " Nesse estudo, a proporcionalidade dos considerados vulneráveis, com base, somente, no quesito renda, foi sempre menor, em todas as regiões do país (média de 7,4%), em relação aos considerados vulneráveis com base no quesito carência social, que atingiu uma média de 36% da população; os considerados vulneráveis pela combinação entre os quesitos renda e carência social chegaram a uma média de 22,4%. Foram considerados não vulneráveis, nesse estudo, apenas 34,2% da população brasileira" (KOGA, 2013, p. 32).

*Eu adoro morar aqui, mas no começo eu quase entrei em depressão, porque aqui é tudo longe, não tem um mercado bom, para comprar as coisas tem que ir lá em cima. A gente não tem um posto de saúde, a gente não tem farmácia, agora que vão construir posto. Se alguém ficar doente aqui, até chegar o socorro a gente morre, porque até chegar aqui e até levar lá e se as vezes for de madrugada e sem ter veículo para levar, isso aí dá em desgraça (Moradora Iolanda, 60 anos).*

Dentro desse contexto, concluímos que, antes da realocação, esta população pertencia a um território que carecia de infra estrutura urbana e a um leque de serviços que consolidam a dignidade de uma morada e que, no entanto, localizava-se numa região central, onde se consolidou a urbanização de Paranaguá. Agora as famílias passam por outro momento de segregação e periferização: um modelo de urbanização bastante precário e fragmentado, dispendo de um mínimo de equipamentos públicos no seu entorno ou em bairro vizinho, como o caso dos atendimentos no CRAS do bairro mais próximo, o Vila Garcia. Há ausência de pluralidade cultural, lazer e ofertas, até mesmo, no que tange à sua alimentação, haja vista que ficam dependentes do transporte coletivo e seu custeio para conseguir melhores preços, o que impacta na renda domiciliar, uma vez que estes gastos na ocupação eles não possuíam.

*o bairro não tem posto de saúde ainda né, agora que tão construindo e tal, aqui falta algumas coisas mesmo, tem isso, falta casa lotérica, mercado grande, porque só tem mercadinho e mercearia de bairro, que não tem tudo e é caro também. Então, tem que se deslocar para trazer coisa melhor e compra no ônibus já viu, é complicado e eu já não sou mais tão jovem, né (Moradora Ana, 59 anos)*

O formato de gestão urbanística que ocorre no fenômeno aqui exposto, reforça o que Rolnik denomina como “moradia sem cidades” (2015, p. 314), cuja a política habitacional promove o que de fato deveria combater: a divisão territorial a partir das classes sociais, ou para sermos mais precisos a separação entre ricos e pobres.

Nas palavras de Rolnik

A política habitacional desempenhou historicamente um papel central na consolidação de um modelo urbano dessas regiões metropolitanas, assim como na reprodução de seu padrão de segregação socioespacial. A construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas onde a terra é mais barata-forma de provisão habitacional predominante ao longo de décadas- contribuiu substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres (2015, p. 313-314).

Além disso, no conjunto de privações existentes no Porto Seguro, os moradores relatam também a carência de espaços de lazer para atividades de recreação. A negligência deste espaço apresenta-se nos seguintes depoimentos

*Aqui não tem nenhuma área de lazer, só tem como eu falei que tem um campo aqui perto de casa mas foi o povo que construiu (Moradora Divina, 58 anos).*

*Com certeza sentimos falta de lugares para passear, principalmente pelas crianças né, eu tenho neto e bisneto né e não tem onde sair com eles né, nenhuma pracinha que eu possa levar e tudo pra sair daqui tem que gastar com ônibus e sábado e domingo os horários são mais difíceis (Moradora Iolanda, 60 anos).*

*De lazer às vezes tem missa no centro comunitário, mas eu não vou porque sou de outra religião e o que falta aqui seria mesmo uma área de lazer pros jovens né, ou um parquinho pras crianças, porque eles ficam tudo jogado na rua, difícil também isso (Moradora Graça, 51 anos).*

*Lazer tem só o campo de futebol ali né que a gurizada construiu. Teve também umas aulas de zumbas mas não por muito tempo, foi a associação de bairro que arranjou, era pago né, pouquinho mas era pago (Moradora Divina, 58 anos).*

Os relatos apresentados demonstram a ausência de um planejamento pautado na coletividade do espaço - principal premissa do Estatuto da Cidade, que dispõe as diretrizes da política urbana no Brasil. Nota-se que a concepção na construção do novo espaço de moradia para estas famílias, voltou-se principalmente no aspecto valorativo sobre a aquisição individual/familiar de casas, não contemplando espaços coletivos no bairro para o usufruto da comunidade, haja vista que as únicas conquistas no que tange a espaços coletivos para recreação, foi criada pelos próprios moradores, alternativa esta que a população encontrou para suprir deficiências de políticas sociais públicas e ainda assim, como demonstra o último depoimento, as aulas de dança são obtidas através do mercado, não sendo todas as famílias que podem pagar por essa atividade.

Nesse sentido, os sistemas técnicos de infraestrutura e serviços urbanos, previstos nas diretrizes nacionais da política urbana que dão sentido à função social da terra, no que tange assegurar os aspectos sociais, permitindo uma melhoria na qualidade de vida da população urbana e que estão imbricados na promoção de lazer, não se traduz como realidade vigente.

Ao continuarmos as análises sobre os aspectos concernentes à infraestrutura urbana do Porto seguro, verificamos também que os moradores passaram grande parte de sua vivência cotidiana neste espaço, sem a oferta de pavimentação nas ruas. A

responsabilidade de prover este serviço ao bairro é do Município, em convênio com COHAPAR<sup>15</sup> e que, no entanto, estes agentes públicos não realizaram sua função de zelar pela implementação da política urbana e desdobramentos que lhe cabem.

*eu fui uma das últimas que vim, minha irmã veio na frente, só que aqui não era asfaltado, aqui era uma "lamaceira" que a gente atolava até a canela. Só depois que eles asfaltaram, é recente o asfaltamento, tem uns dois anos, aí a gente começou a aterrar o terreno da gente, alguns conseguiram fazer calçada, eu ainda não tive condições de fazer mas pretendo, mas era terrível antes, muita "lamaceira" (Moradora Iolanda, 60 anos).*

Outra questão apontada pelos moradores é a morosidade em receber a titulação da casa. Os entrevistados moram no Porto Seguro entre 5 e 6 anos. Nas falas em questão, percebemos a insegurança que isso lhes causa, além da falta de diálogo e transparência da COHAPAR.

*Não possuo a titularidade da casa, olha a gente se sente meio lesado porque eles falaram que assim que a gente mudasse pra cá ia ter a documentação da casa eu pago iptu tudo mas tudo no nome da cohapar, pra gente a gente não tem casa, por que tudo bem a casa é melhor, tudo bacana, tudo que a gente não tinha tem conforto que antes não É uma insegurança que acaba causando, porque a gente não sabe o que vai acontecer amanhã. Não tem reunião e nem nada sobre isso... Pra eu adquirir meu iptu, pra ir pagando, tava já no fórum, quando eu fui ver já ia para o protesto da minha casa né, aí eu tive que recorrer bastante para poder retirar do fórum pra poder pagar. Porque o carnê não vinha nem aqui e nem na prefeitura, quando eu fui descobrir tive que pagar 500 e pouco no fórum para poder retirar, já estava indo pro juiz porque tava atrasado. Cada vez que eu ia na prefeitura eles diziam que não tinha chego ainda, só que o carnê já tinha vindo e tinha ido pro fórum (Moradora Iolanda, 60 anos).*

*Essa é nossa dificuldade com a COHAPAR, porque até agora não temos a escritura da casa, a gente mora e paga iptu e tudo, mas não temos escritura e a gente sente que eles ficam nos enrolando. Ano passado disseram que ia sair a escritura e tudo, que estava em andamento mas só falaram, porque até agora nada. O lugar aqui é muito bom, a casa é boa pra morar mas a questão da documentação da casa, a escritura, que é meio complicado porque a gente não se sente seguro né. Porque com a escritura a gente tem como provar que é nossa né (Moradora Marta, 34 anos).*

*Faz falta a titularidade, porque deixa a gente amarrado, porque não tem como fazer nada sem a documentação, pago iptu ele está no meu nome mas não tenho os documento que fale que é minha mesmo (Morador Ricardo, 47 anos).*

*Não possuo a titularidade, é ruim a gente já conversou com eles e eles ficam enrolando né, aí o ano que vem, o outro ano e tal... a gente ainda não tem e que nem o iptu continua no nome deles e assim mesmo a gente tem que pagar e*

15 Como apresentado por Tumelero (2015, p. 240) "será o município demandado pela COHAPAR às obras de infraestrutura urbana do local, como vias e iluminação pública, dentre outros serviços, conforme consta no Termo Aditivo n.1 ao Contrato inicial da APPA com a COHAPAR".

*quando eles construíram a casa aqui, eles gastaram a água e luz ficou tudo pra gente pagar. Teve pessoas que ficou sem água e luz muito tempo porque era uma quantia alta pra pagar, daí parcelou, acho que conversou com eles, não sei o que fizeram, no meu caso não ficou. Mas ficou o iptu que lá consta como terreno, não consta como casa, então a gente tem que ir lá na prefeitura pra eles ver que existe casa. Eu fiz esse pedido e eles vieram aqui no meu, mas só que no da minha mãe, que também foi realocada, até agora já faz seis anos que ela mora aqui e até agora não vieram pra fazer a mesma coisa que fizeram no meu (Morador Lucio, 72 anos).*

*Pois é, é uma coisa chata, que a gente fala que é da gente mas continua no nome deles, da COHAPAR, que construiu as casa, por mais que seja a gente que mora aqui, a casa tá no nome deles, então ainda não é minha né. Então a gente fala que é da gente mas continua com eles, no nome deles né (Moradora Elizângela, 47 anos).*

Essa morosidade na regularização jurídica que não acompanhou o processo de urbanização na realocação dos moradores e a falta de explicações sobre esta situação, pelo poder Municipal e pela COHAPAR, desvelam ainda mais que os moradores estão à margem do próprio processo de realocação, demonstrando que os interesses em sua realocação não estão diretamente ligados à promoção do direito à moradia. Ademais, é por meio da regularização jurídica, que o morador se tranqüiliza, sai da zona de insegurança e do medo do despejo (ALFONSIN, 2007).

Nas palavras de Alfonsin

*A questão da legalização da posse exercida com fins de moradia, por meio da titulação e do registro imobiliário, é o primeiro aspecto e está claramente centrada na ampliação do marco legal do direito de morar, para uma população antes ameaçada no exercício desse direito (2007, p.79).*

Conforme a lógica que se deu a implementação da política de habitação aos moradores, firmado no direito individual/familiar da propriedade privada, a segurança do direito sobre o imóvel está intimamente ligada à titulação nominal deste, o que no entanto, pela ausência da titulação de suas casas, repercute no olhar dos moradores beneficiados com a conquista da propriedade, uma vez que não se sentem proprietários do imóvel.

Além disso, em outra fala percebemos a diferença que tais ações promovem na distorção do que se concebe como a moradia sendo um direito, visto o formato de financiamento que tais políticas de habitação trazem em si e acabam por promover, na ótica dos moradores a concepção de um favor e não um direito assegurado.

*A casa ainda não está no nosso nome, já faz tempo que eles dizem pra gente que vai fazer isso aí mas ainda não saiu, mas assim, como a gente ganhou a casa*

*aqui, agora que está tudo certinho, não moramos na vila, que no começo era tudo invasão ali, eu paguei a casa que tinha lá mas não tava certo... nos termos da lei... a gente está aguardando, uma hora sai. O pessoal que mora do outro lado já tem a escritura porque é outra coisa, é da COHAPAR também, mas ali eles pagaram tudo certinho e já veio, pagaram pouco, mas pagaram (Moradora Elizângela, 47 anos).*

*Ai na frente é outra coisa, ali eles compraram a casa, eles pagam por mês, a casa é deles, a COHAPAR construiu mas eles pagam por mês, tanto que estão recebendo escritura, o nosso não, foi uma realocação (Morador Ricardo, 47 anos).*

Sobre esse aspecto, as políticas de habitação de interesse social acabam por não se traduzirem como sinônimo de defesa e promoção da universalização à moradia digna e sim por produzir a concepção de uma mercadoria, a qual se traduz no “pagar para se ter direito”. Em outras palavras, a realidade que aqui se expõe, demonstra que, apesar de todo o aparato legal em defesa de uma nova forma de se fazer a política urbana e habitacional, pautada no princípio de coletividade e de combate às injustiças sociais, e de seu leque de instrumentos para que de fato ocorra uma nova forma de se pensar e construir as cidades, as políticas de habitação reproduzem a lógica mercantil.

Ademais, a título de conclusão deste capítulo, é válido acentuar que a dinâmica de produção das cidades, sob a vigência ditada pelas ordens neoliberais incide diretamente na forma como os moradores se vêem na dinâmica de construção do novo espaço. Dos moradores que foram entrevistados, verificamos que estes se colocam como os principais infratores pela ocupação na Vila Becker, como relatado, sobre as constantes ameaças de despejo/ expulsão do espaço que viviam, por não possuírem posse regular, e a forma como foi gestada a suas realocações, incidiram diretamente em seus olhares no que tange à concepção de seus direitos, haja vista que desde o início da ocupação na Vila Becker, a este contingente de força de trabalho foi negado o direito de morar.

Percebe-se também que o fenômeno da necessidade de ocupar um território pelo fator de sobrevivência na sociabilidade capitalista, mostra-se apenas como a ponta de um “iceberg” e que para além das aparências, demonstra a falta de interesse do poder público no planejamento urbano voltado ao combate das injustiças sociais.

Nessa via,

[...] o poder público também estimula a especulação e a existência de vazios urbanos, pois, incapaz de resolver o problema da habitação, ele empurra a população com menos recursos para as periferias; e, dessa forma, age direta e

indiretamente na geração de problemas urbanos, mas com discurso ideológico diferente. (SANTOS *apud* HONDA, 2013, p.110).

Por fim revela-se o aspecto clientelista que perpassa ainda hoje a “questão habitacional” sob a gestão das políticas de habitação, haja vista que nas falas dos moradores realocados, a contemplação do benefício das casas no Porto Seguro, foi “dada pelo governo”, desconsiderando o acúmulo histórico de expropriações dessa população.

Notamos a falta de flexibilidade na intervenção do Estado sobre as possibilidades em oferta da realocação, cabendo problematizar que nem foi cogitado oferta de regularização fundiária no território de posse da União, haja vista que o Terminal de Álcool de Paranaguá foi instalado décadas depois da consolidação desta ocupação e que o mesmo ficou embargado por vazamentos ocorridos .

Nesta via, conforme aponta Tumelero (2015, p. 201), a realocação dos moradores da Vila Becker “é algo muito mais complexo, que envolve o processo de expansão e modernização do Porto de Paranaguá e que coloca em evidência distintas posições políticas de órgãos do próprio Estado”.

### 3. VÍNCULOS SOCIAIS E TRABALHO NO PÓS REALOCAÇÃO

Passaremos a abordar neste capítulo os aspectos que compõem as relações estabelecidas pelos moradores, no que tange a seus vínculos de amizades estabelecidas no bairro, dentre eles o estabelecimento de novos laços e a dificuldade que enfrentaram logo após sua realocação, em relação aos moradores que já habitavam o Porto Seguro. Por último discorreremos sobre seus vínculos empregatícios e como a ida para um bairro à margem da cidade dificultou a possibilidade de tais ofertas.

Nesta parte do trabalho, avaliamos importante expor que a entrega das casas erguidas no Porto Seguro pela COHAPAR, foi feita a partir de sorteio, portanto a localização onde cada família iria morar foi decidida por este método, cabendo a elas entrarem em contato umas com as outras caso não lhe agradassem a localidade e quisessem mudar, conforme se constata nas falas apresentadas

*minha família mora tudo aqui, minha irmã, minha mãe, moramos próximas porque demos sorte com o sorteio da casa (Moradora Iolanda, 60 anos).*

*[...] o lote da construção da casa aqui foi por sorteio, não foi assim, cada um escolheu o seu [...] (Moradora Marta, 34 anos)*

*Mudou bastante coisa, como foi um sorteio, deu que caiu aqui na minha rua outras pessoas do bairro, teve gente que não mora mais tão próximo, a gente acaba se encontrando, mas muda bastante. O processo de sorteio, não tem como escolher (Moradora Divina, 58 anos).*

*a gente se conhece entre os nossos, os que vieram da vila becker pq ficamos ainda juntos aqui, como o sorteio mudou os vizinhos mas ainda são da vila (Moradora Ana, 59 anos).*

A questão desse método de sorteio, posto nos modelos de habitação de interesse social, no que tange à realocação de grupos que viviam em ocupação, deve-se levar em consideração a composição do território que pertenciam. Como no caso da Vila Becker, por se tratar de uma ocupação já consolidada, estas famílias já possuíam vínculos cotidianos com seus respectivos vizinhos, além disso grande parte dos ocupantes viviam próximo aos seus familiares.

Koga (2010) afirma em sua análise, que o território é elemento constituído de maneira social, visto que não há espaço a-social e que neste, está o retrato da dinâmica das relações cotidianas da vida das populações. Portanto, “o fato do território estar tão

presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora do mesmo.” (KOGA, 2010, p.71). Em outras palavras, a concepção de território aqui retratada, compreende que este é parte de um movimento, à medida que historicamente se constrói pelos sujeitos que o fazem, ao passo que os sujeitos também são construídos por este.

Assim,

Território é mais do que um lócus, no sentido de definição de um lugar, não é algo estático como um endereço ou uma nomenclatura. Ainda que estes atributos façam parte do território, sua caracterização ocorre por vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas. (SPOSATI, 2013, p.6).

Pertinente ao debate sobre o território, Alvares pontua que

Entende-se que o território tem importância em vários níveis: social, biológico, econômico e político e que os moradores, na elaboração da criação da identidade e do pertencimento ao lugar, fazem as mediações na formação da territorialidade. Assim a ocupação irregular do território é percebida como uma vivência significativa, na qual o sentido está nos laços formados entre as organizações e ações dos moradores de uma determinada região em que participam desse processo de constituição da territorialidade (ALVARES, 2019, p.80).

A autora ainda afirma que o território das ocupações irregulares é constituído por grupos sociais que necessitam do local de moradia, que *a priori* a demanda está na possibilidade de construir suas moradas em um “pedaço de terra” e que, dessa maneira estes moradores passam a conviver no mesmo espaço. Essa identidade inicial tem caráter social e econômico, “mas se movimenta e se redimensiona como territorialidade” (ALVARES, 2019, p.81) conforme se formam no decorrer, na medida em que se constituem novas organizações, novos laços e novas maneiras de se relacionar.

Desse modo, no decorrer do tempo

[...] o território das ocupações irregulares vai criando seus próprios valores, identidades, tendo suas próprias significações. Sendo que esses valores e identificações vão se ampliar e formar uma territorialidade (ALVARES, 2019, p.81).

Ao encontro dessa perspectiva, como defendido por Haesbaert (2004), por se tratar de um espaço socialmente construído, sendo sempre “múltiplo, diverso e complexo”, o território não é composto meramente de aspectos ligados a necessidades materiais, seja como proteção ou abrigo, ou à concepção do “ter” como reflexo da relação

posse/propriedade, intrínseco à lógica mercantil, mas ao ser, a forma de experienciar o mundo e os significados dotados de símbolos que compõem este universo .

Portanto, a noção de territorialidade está imbricada também ao processo simbólico de identificação, do pertencimento, que carrega marcas do “vivido”, e portanto, do valor de uso construído em um determinado espaço. As relações sociais que perpassam e constróem essa dimensão, são portanto, componentes essenciais de ligação e vínculo com o habitar um espaço. Sendo assim, o debate sobre o território traz um olhar plural de diversos fatores, estes se referem a dinâmica dos elementos geográficos, históricos, políticos e sócio-relacionais (SPOSATI, 2013).

Nesse sentido, a forma como se concebeu a realocação mediante o sorteio da localização que cada núcleo familiar moraria, incide diretamente na organização territorial dessas famílias. Essa medida acaba por contribuir no possível desenraizamento social e cultural de origem desses moradores (LEHFELD, 1988, *apud* REIS, 2018). A falta de identificação e as carências do novo espaço, podem resultar na troca ou venda de suas novas moradias e na volta a ocupar outros espaços irregulares, haja vista que, como pontuado na metodologia deste trabalho, algumas famílias realocadas não habitam mais suas casa no Porto Seguro.

Além do sorteio da localização de suas casas, cabe ainda pontuar que o processo de habitar um novo espaço por estes moradores contou com a dificuldade de se relacionar com os moradores que já pertenciam ao Porto Seguro, como por eles relatados.

*Na verdade eles ficaram com um pouco de receio porque lá tem uma fama que é um bairro assim que tem aqueles tipos de pessoas né, como todo bairro tem, usa droga e tal. Então eles achavam que o pessoal que viria aqui iria trazer um certo perigo pro bairro, tanto que tinha comentários, mas agora é bem sossegado. Tanto que já tem realocado de outros bairro, eu não sei se você soube (Moradora Divina, 58 anos).*

*No começo o pessoal que já morava aqui antes, ficou olhando estranho porque eles tinham na cabeça que na Vila Becker só tinha bandido, e todo lugar tem bandido e a gente foi mostrando que não era bem assim né, agora todo mundo se dá bem (Morador Ricardo, 47 anos).*

*Lá na Becker, onde a gente morava, era um lugar mal falado pq daí tinha assim umas pessoas que eram mal vista, e daí quando começaram a construir a casa aqui pra nos vir pra cá, puseram até faixa ali na rua que não queriam o povo da Becker aqui porque já morava gente aqui, e daí não queria o povo de lá e tal [...] agora a gente se dá bem com todo mundo, a nossa amizade é mais com quem*

*veio junto da Becker, porque veio pra cá outros bairros, mas eles moram lá pra trás e é um lugar que quase não vou (Moradora Elizângela, 47 anos).*

A segregação e marginalização que estes moradores sofreram, são pontos que devem ser levados em consideração, mostrando que a dinâmica macro da produção da cidade sob vigência das relações capitalista, também são reproduzidas neste. Entrelinhas, demonstra que os espaços periféricos não se compõem de maneira homogênea, havendo o próprio processo de segregação por parte de outros moradores que já habitam este território- ação essa que reproduz os estigmas já antes enfrentado por esses grupos.

Nessa via, é inegável que a relação de reprodução social postas pelo modo de produção capitalista, não incide apenas onde a classe trabalhadora está em ação, ou seja, nos meios de produção, mas também no sentido mais amplo, na vida quotidiana, na “cidade”, na produção do espaço (CARDOSO, 2011).

A somatização desses aspectos enfrentados pelos moradores são efeitos de medidas tomadas pelo poder público na forma de gestar suas ações na política de habitação que envolveu o fenômeno dessa realocação. As práticas demonstradas pelos moradores no que tange a realização de sorteio de suas novas moradas, quanto pela forma abrupta de não prepararem socialmente a chegada dessa população ao Porto Seguro, são atitudes de uma gestão desvirtualizada do seu principal elemento - o comprometimento com a população que desta utilizará.

A falta de articulação por parte dos poderes públicos em gestarem a política junto à população interessada, nos traz à luz a verticalização em que foi concebida a remoção dos grupos sociais que faziam parte do território na Vila Becker- estes que foram despossuídos de seu território e postos em um novo espaço, constituído por moradias padronizadas, segregadas de seus antigos espaços de convívio; dos quais alguns deram a “sorte”de continuaram perto de seus laços, mas que tiveram ainda que encontrar uma caminho novo a se trilhar, como se estas famílias não trouxesse consigo sua história, as marcas do vivido e suas identificações. Para além disso, tiveram ainda que contar com o estigma que já enfrentavam fora de seu território: a marginalização pela necessidade de morar, e que, ao conseguirem alcançar o direito à moradia em um espaço regular perante a lei, enfrentaram o estigma por serem ex ocupantes.

O direito ao “habitar” está no princípio de participar da vida social de um território e por conseguinte, participar da cidade, o significado oposto a este direito, mostra-se

pertinente no fenômeno apresentado, na medida em que a população foi “empurrada” à margem da cidade, na imposição de sua remoção e nos aspectos aqui apresentados, da maneira que tiveram que criar para sobreviverem no novo espaço. Além disso, os processos aqui relatados, evidenciam o comprometimento de políticas de remoção ligadas aos interesses do capital por territórios, e não de fato na concretização em promover de moradia digna à população.

Nesse contexto, a “guerra dos lugares”<sup>16</sup>, marca do modelo predatório sob vigência capitalista, demonstra o modo perverso de agir da sociabilidade do capital agudizada em tempos neoliberais, que encontra nas políticas públicas seu alvo para a submissão dos direitos sociais aos ditames do mercado.

Passaremos agora a abordar o universo do trabalho e sua relação com a força de trabalho dos moradores em questão. Do grupo de nove moradores que foram entrevistados, cinco deles estão em situação de desemprego, uma moradora autônoma cuja a profissão é de costureira, um empregado na construção de obras como pedreiro e dois moradores são aposentados.

Como apontado no início deste trabalho a ocupação na Vila Becker foi consolidada através de demandas portuária pela busca de mão de obra. Dentro desse contexto, Tumelero nos lembra que

A estrutura portuária denominada Porto D. Pedro II, inaugurada em 1935, na medida em que se instalou em área praticamente desabitada gerou, em médio prazo, condições de infraestrutura viária no seu entorno, que acabaram, de algum modo, facilitando o processo de ocupação territorial (TUMELERO, 2015, p.187).

É válido lembrar que na medida em que o Porto foi mudando seu perfil, buscando a diversificação de mercado exportador e posteriormente a modernização tecnológica de sua estrutura, este alterou a forma e a intensidade de absorção dessa mão de obra.

Cabe contextualizar que tais mudanças não estão desvinculadas do cenário global e nacional, e que incidem de maneira atenuante sobre a economia portuária, haja vista que esta é dependente de um mercado exportador. Nessa via, é relevante expor a transformação político-econômica que a partir do final do século XX, configura a reestruturação capitalista, iniciada a partir da grande crise recessiva na década de 1970.

---

16 “A “Guerra dos lugares” é título da obra da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2015) utilizada nas análises deste trabalho. Neste livro, Rolnik traz o detalhamento da mecânica e dos processos pelos quais se organizam a financeirização da moradia em torno do globo- ditada pelo modelo predatório do capital, tecendo os nexos entre a lógica do mercado na produção das cidades.

Assim, a transição democrática brasileira que percorrerá a década de 1970 e posteriormente de 1980, ocorre num cenário global caracterizado pela incapacidade dos modelos fordista - caracterizado pela produção em massa - e do keynesianismo - caracterizado pela intervenção do Estado na busca do pleno emprego e do controle de altas taxas de inflação - em conter as contradições intrínsecas ao capitalismo (HARVEY, 2010).

Essas mudanças incidiram diretamente no mundo do trabalho, resultando na racionalização, reestruturação e intensificação do controle deste.

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram a ser primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 2010, p.137-140).

Esse processo de mudança estrutural na organização produtiva da globalização econômica, com o chamado pós fordismo ou acumulação flexível, configura-se na produção de mercadorias personalizadas e em menor tempo de sua circulação no mercado consumidor, contando com a facilidade da mobilidade de capital de determinados territórios a outros, e ainda, pela característica de ser uma economia de base financeira, resultando na circulação do capital numa velocidade ainda maior. Seus rebatimentos assolam a vida da classe trabalhadora, visto a terceirização e a flexibilização dos direitos trabalhistas que esta classe está acometida (TUMELERO, 2015).

Nas palavras de Harvey

Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força [...] A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente de desemprego "estrutural" (em oposição a "friccional"), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista (HARVEY, 2010, p.141).

Conforme Tumelero (2015), junto das transformações que se processam nessa conjuntura, a conformação de uma cultura favorável a essas mudanças ocorrem diante do estabelecimento das premissas neoliberais. Segundo a autora, o neoliberalismo não irá se compor de uma versão atualizada do liberalismo clássico, ainda que mantenha a lei do

livre mercado para retirar do estado as obrigações voltadas à proteção social, há outra dinâmica presente, qual seja:

[...] o mercado se autorregula parcialmente, pois demanda do Estado regulações que a ele sejam favoráveis, a exemplo de medidas protecionistas, de isenções fiscais, de liberalização de áreas de atuação, etc. Ou seja, se traduz por demandar governos que operem sob a lógica do Mercado (TUMELERO, 2015, p.135).

No que tange a conjuntura nacional, o neoliberalismo se consolida após reabertura democrática, a partir dos anos de 1990, principalmente com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência. A instauração do neoliberalismo no cenário brasileiro e suas medidas de redução de investimentos públicos e privatização de empresas estatais, emerge concomitantemente no período das lutas dos movimentos sociais pela defesa e ampliação de um Estado de Direito, de modo que, há avanços na direção dos direitos sociais - fruto de demandas pautadas por lutas históricas da sociedade civil, e por outro lado, há a instituição de reformas de acordo com as premissas neoliberais no aparelho estatal (TUMELERO, 2015).

Foi nesse período que se instaura uma série de normativas e regulamentações posteriores sobre os portos nacionais, consolidada a partir da Lei n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, de Modernização dos Portos, que

[...] impactaram não apenas nos avanços tecnológicos a serem adotados nos processos de trabalho vinculados à atividade portuária mas também na reconfiguração de sua estrutura física, ampliando e flexibilizando serviços ofertados, assim como a flexibilização das relações de trabalho (TUMELERO, 2015, p186).

Ao encontro dessas medidas, foi instituído pelo governo federal, a partir de 1995, o Decreto que prevê a criação do Grupo Executivo para a Modernização dos Portos (GEMPO), “com a finalidade de coordenar as providências necessárias à modernização do Sistema Portuário Brasileiro.” (BRASIL, 1995, p.1).

A GEMPO estabelece dentre suas prerrogativas a descentralização na execução dos serviços portuários prestados pela União, assim como a adoção de medidas que reconfiguram a relação de trabalho nestes. Conforme prevê a Lei em seu Art. 2º

[...] II - acelerar a implementação de medidas no sentido de descentralizar a execução dos serviços portuários prestados pela União, na modalidade de concessão e arrendamento, inclusive à iniciativa privada; III - adotar providências

que estabeleçam o novo ordenamento das relações entre os trabalhadores e os usuários dos serviços portuários, obedecido o disposto na Lei n. 8.630, de 1993 (BRASIL, 1995, p. 1).

A dinâmica exposta anteriormente sobre a acumulação flexível, mostra-se materialmente na realidade da configuração da Vila Becker, na medida em a modernização do Porto, tanto em sua infraestrutura, quanto em seus sistemas de automação operacionais que substituem a mão de obra em larga escala, resultando na dispensa de uma parte significativa de trabalhadores.

Assim, se a ocupação na Vila Becker constituiu-se por trabalhadores que viam no Porto suas demandas por trabalho serem atendidas, na medida em que essas transformações incidem sobre suas vidas, estes passam a conformar um exército de reserva, que conforme aponta Tumelero (2015), na maioria dos casos passam a viver da informalidade, dada a grande dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho visto a precária formação técnica desta população.

Nas palavras de Cunha e Jacob (2010)

A diminuição do emprego formal teria feito, por um lado, com que essas situações de informalidade se tornassem definitivas e, por outro, que os assalariados expulsos pelo setor organizado, na falta de um sistema de seguro-desemprego de longa duração, migrassem, forçosamente ou não, para o setor informal, acarretando importantes consequências sobre as condições gerais de reprodução social (CUNHA; JACOB, 2010, p. 117).

Desse modo, na medida do passar das décadas, os moradores da Vila Becker foram se afastando do vínculo formal de trabalho com o Porto, não significando que seus trabalhos informais não possam estar atrelados indiretamente ao Porto, haja vista que na realidade portuária de Paranaguá, há um grande número de pessoas que vendem desde objetos como cds e mp3 até alimentos diversos para os caminhoneiros na entrada do Porto.

Além disso, a redução de oferta de mão de obra portuária, pode ter acarretado no fluxo migratório dessa população, haja vista como comentado pela moradora Elizângela, esta ocupou o território na Vila Becker por 9 anos e que a obtenção da casa foi mediante a compra do imóvel de moradores mais antigos. O que expõe a realidade de moradores que viram em suas moradias, o valor de troca necessário, como alternativa para poderem se locomover, gerando assim sua sobrevivência.

Neste trabalho, não foi possível identificar se as profissões antes exercidas pelos moradores entrevistados são as mesmas que desempenhariam atualmente, pois como relatado anteriormente, a maioria destes encontram-se em situação de desemprego.

Ao falarem sobre esse aspecto, os moradores que estão em situação de desemprego atrelaram o fato da distância da região portuária ou mais central da cidade de Paranaguá e suas benesses, ser o cerne da dificuldade para a possibilidade de ofertas para sua mão de obra.

*Quando eu morava lá eu era empregada doméstica, trabalhava em casa de família, quando eu me mudei pra cá minha mãe já estava ficando velhinha e aqui é longe de tudo né, fica difícil deixar ela aqui sozinha (Moradora Iolanda, 60 anos).*

*Interferiu na relação de trabalho porque é mais longe né, lá era bem perto de tudo. Quando eu saí de lá, por exemplo, na época eu não fiquei no meu emprego antigo, porque assim nós morávamos na Becker, aí assim eles pagaram aluguel pra gente, durante quatro anos, não foi assim a gente saiu e já veio pra cá direto, eles pagaram, o porto pagou, durante quatro anos. Eu morei em casa alugada nesse período, que foi quando eu engravidei e quis sair do emprego porque ficava longe da onde a gente pegou a casa pra morar, voltava tarde, daí meu marido tava empregado e eu fiquei em casa (Moradora Marta, 34 anos).*

A questão da distância também se mostra pertinente no que tange à dinâmica do cotidiano das famílias para aqueles que conseguiram permanecer em seu emprego

*Eu como sou autônoma não mudou muito, mas pra minha filha que continuou trabalhando lá no Porto é mais complicado né, teve que acordar mais cedo e como ela estuda por lá também, ela chega muito mais tarde. Daí descanso mesmo é só final de semana quando ela não tem trabalho essas coisa da faculdade né. (Moradora Divina, 58 anos).*

*A gente teve que mudar a rotina pro meu marido que continuou no mesmo emprego (Moradora Ana, 59 anos).*

O impacto dessa segregação socioespacial incide diretamente nas condições de vida desses grupos familiares, uma vez que este fenômeno está imbricado no processo de exclusões e limitações de acesso.

Por fim, a título de conclusão deste capítulo, cabe pontuar que a solução encontrada pelos diversos atores envolvidos na realocação dessas famílias, *a priori* é vista pelos moradores como algo positivo em suas vidas - haja vista que esta pode ter trazido o mínimo de qualidade estrutural de suas casas, assim como a infraestrutura básica no bairro. No entanto, por essas atuações de certa maneira, como já exposto aqui,

atender prioritariamente a lógica dos interesses do capital, a longo prazo demonstrou que a consolidação dessa realocação ainda deixa os moradores em situação de vulnerabilidade social e econômica. De fato, para esta população, morar num território legalizado perante a lei e na possibilidade de se ver livre de futuros despejos, traz uma certa forma de segurança<sup>17</sup>.

No entanto, nos parece que após essa realocação acontecer, concebida através de unidades habitacionais que não configuram-se de fato com o direito à moradia digna, os moradores foram postos à sorte do destino, como se agora dependessem apenas de seus esforços para a “melhoria” do padrão socioeconômico de suas vidas. Os fatores que implicam na dificuldade de sua sobrevivência cotidiana e que, à margem de um leque maior de oportunidades de emprego dificulta ainda mais esta realidade - haja vista a distância do restante da cidade, o que implicará também na instabilidade de inserção no mercado de trabalho e na sujeição de piores condições de empregos, quando estes o conseguem.

---

17

Mesmo que como anteriormente problematizado, eles ainda se sentem inseguros por não possuírem a titularidade de suas casas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de intensa urbanização no cenário brasileiro é marcado por um modelo desenvolvimentista que não teve como preocupação as marcas da desigualdade na formação político econômica do país, mais que isto, pode-se dizer que a urbanização brasileira acentuou ainda mais tais desigualdades.

Conforme nos lembra Maricato

[...] as cidades não são apenas reflexos do processo social. São também agentes de aprofundamento da desigualdade. Foi especialmente por meio do processo de urbanização que se deu a modernização conservadora: avanços na industrialização e no consumo de bens de consumo durável, sofisticação dos serviços e em paralelo a expansão da pobreza, da informalidade e, mais recentemente, a partir de 1980, da violência. (2005, p. 2).

Concomitante a isso, o planejamento urbano, a gestão do solo e a regulação urbanística implantadas ao longo da história no Brasil, são voltadas aos interesses do mercado, centradas na comercialização dirigida à classe média e nos interesses da construção civil, suas empreiteiras e empresas imobiliárias.

Logo, vê-se que as políticas de habitação em território brasileiro são voltadas para uma tática de mercado, ligadas a movimentação do setor econômico mais do que de fato em garantir direitos. Como efeito disso, a população de baixa renda, fração da classe trabalhadora mais vulnerável nesta teia, é empurrada à margem das cidades. Do recorte de políticas que são voltadas ao “interesse social”, vemos que são atenuantes as ações e que se localizam periféricamente, as separando do restante da cidade. Tais percepções demonstram a invisibilidade da questão fundiária na agenda política brasileira (MARICATO, 2005).

Como pontuado por Lefebvre (2010), a expulsão da classe trabalhadora dos centros urbanos e da própria cidade é um dos principais mecanismos de controle social. Além disso, a estratégia de classe em destituir o proletário do meio “urbano” trouxe ao capital a continuação de um de seus pilares, a apropriação das riquezas socialmente construídas, visto que o ambiente construído também faz parte desta riqueza (MARICATO, 2005).

Ao expormos neste trabalho, os efeitos históricos do urbanismo constituído sob vigência capitalista, expomos também o hiato entre a concretização de direitos sociais

garantidos por lei - fruto de lutas históricas da sociedade civil, e a implementação de políticas públicas sociais à finalidade destes.

Nessa Via, conforme afirma Maricato (2005), não é por falta de leis que a gestão urbanística ainda não supre a necessidade de moradia digna à população, mas pela forma complexa, desigual e contraditória de sua aplicação.

Podemos dizer que a regulação urbanística é abundante e detalhista quando observamos as Leis de Zoneamento, os Códigos de Posturas Municipais, as leis de Parcelamento do Solo em nossas grandes cidades. Essa regulação exagerada convive com imensa ilegalidade e precária fiscalização ou controle do uso e da ocupação do solo. Ambiguidade e contradição é a marca da realidade territorial urbana. A regulação exagerada em ambiente onde a ilegalidade é a regra e não exceção, se presta à sua aplicação arbitrária. (MARICATO, 2005, p. 5).

No entanto, há de se ponderar que as políticas sociais podem ser vistas como campo estratégico para a melhoria de vida da classe trabalhadora, uma vez que sua implementação traz melhorias à qualidade de vida e a supressão de necessidades básicas. Porém, as lacunas em sua implementação, a forma de sua gestão e a grande dificuldade de poder popular, na participação ativa e na formulação e fiscalização destas, haja vista as situações de extrema vulnerabilidade que segmentos populacionais convivem frequentemente, nos limites das condições físicas para sua sustentação e reprodução, são estratégias para que o “público” continue em mãos oligarcas.

No que tange o objeto específico desta pesquisa, a realocação dos moradores da Vila Becker ao Porto Seguro, é pertinente apontar que desde o início deste processo, houve por parte destes, a resistência em sair de seu território antigo, a ocupação na Vila Becker<sup>18</sup> e que, no entanto, por se tratar de um território de grande valia ao capital, haja vista seu posicionamento estratégico ao entorno do Porto, as partes envolvidas desconsideraram a possibilidade de permanência e implementação de melhorias e regularização jurídica para a população neste território. Além disso, o importante trabalho técnico social feito por assistentes sociais na área habitacional foi inserido posteriormente a licitação e contrato com a APPA, o que dificultou ainda mais a possibilidade dos direitos sociais destes moradores.

---

18 As reportagens no decorrer do processo mostram a luta dos moradores para não irem pro Porto Seguro. Na matéria do anexo 4, uma das falas desses moradores retratam o caminho também exposto neste trabalho. “A minoria das pessoas que vive aqui quer ir para lá (...) quando as casas foram montadas aqui ninguém falou nada, mas agora que a região tem valor o governo está em cima” (ADRIK, 2009).

Para além disso, as condições desta realocação, como expostas no decorrer deste trabalho, demonstram a forma de atuação do poder municipal, em resolver as questões urbanas em Paranaguá, que por muitas vezes suas ações mais “enxugam gelo” do que de fato promovem o acesso a garantia de direitos. Junto a isso, todo o processo que envolve a desocupação da Vila Becker e a realocação de moradores para o Porto Seguro, na medida em que resultou: não assegurando o acesso a participação social destas pessoas no destino e na construção de sua nova morada, no afastamento de seu cotidiano e dos vínculos que possuíam, na carência de infraestrutura urbana em seu novo bairro, entre outros já problematizados aqui, demonstra que as medidas tomadas por diferentes níveis estatais envolvidos nesta ação se contrapõe às normativas de direitos elencados na Política Urbana.

Acerca dessa dimensão refletimos sobre a vinculação do Estado aos interesses e ditames do capital, visto que não é pela ausência de uma aparato legal que temos a negligência dos direitos coletivos, mas sim a vista de um Estado burguês, atrelado aos interesses da classe dominante, cuja a perspectiva volta-se à mercantilização, do lucro e da renda sobre a terra.

#### Nas palavras de Mascaró (2013)

Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política da economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo [...]. Devido à circulação mercantil e à posterior estruturação de toda a sociedade sobre parâmetros de troca, exsurge o Estado como terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho. [...]. Daí a dificuldade de se aperceber, à primeira vista, a conexão entre capitalismo e Estado, na medida em que, sendo um aparato terceiro em relação à exploração, o Estado não é nenhum burguês em específico nem está em sua função imediata. A sua separação em face de todas as classes e indivíduos constitui a chave da possibilidade da própria reprodução do capital: o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho. (MASCARÓ, 2013, p.18).

Atrelado a isso, todo o percurso histórico da cidade demonstra a colonização predatória do capital, que toma este local enquanto *locus* de exploração territorial mediante conexão à economia global, por meio do Porto, determinando a dinâmica deste território e deixando uma população inteira refém dos efeitos da expansão portuária, logo, vê-se que o Porto detém uma cidade inteira em suas mãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINI, Karen. *Realocação, quando?* Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 74 p. 2011.

ALFONSIN, Betânia. O significado do estatuto da cidade para os processos de regularização fundiária no Brasil. In: RONI, Raquel. *Regularização fundiária plena: referências conceituais*. Ministério das cidades, 2007.

ALVARES, Fernanda. *Território e Territorialidade: uma análise de ocupações irregulares em Guaratuba-PR*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sustentável) – Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 108 p. 2019.

ALVES, Murilo. *Quase 50% das casas do Minha Casa Minha Vida têm falhas de construção*. São Paulo, Estadão, 06 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,quase-50-das-casas-do-minha-casa-minha-minha-vida-tem-falhas-de-construcao,70001654211>. Acesso em: 05 de Maio de 2019.

ANDRICH, Mara. *Realocação quarenta anos depois em Paranaguá*. Paraná, Tribuna, 26 de Julho de 2009. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/realocacao-quarenta-anos-depois-em-paranagua/>. Acesso em: 05 de Maio de 2019.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Paranaguá; Universidade Federal do Paraná – UFPR; Fundação da Universidade Federal do Paraná – FUNPAR. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá 2007*. v. V – Mapas. Curitiba; Paranaguá, 2007. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/portal-datransparencia/plano-diretor>. Acesso em: 27 de Maio de 2019.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 1.467 de 27 de abril de 1995*. Cria o Grupo Executivo para Modernização dos Portos. Disponível em: . Acesso em: 20 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001*. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 11 de Julho de 2001.

\_\_\_\_\_. Justiça Federal. Seção Judiciária do Paraná. *Ação civil pública n. 2008.70.08.001643-2*. 2008. Disponível em: <http://www.jfpr.jus.br>. Acesso em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. *Política nacional de habitação*. Brasília: Ministério das Cidades, nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. *Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS*. Brasília, DF, 16 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 063 de 23 de agosto de 2007. (Compilada). Dispõe sobre as Zonas Especiais de Interesse Social determina a criação das ZEIS I, II, III, IV e V, e dá outras providências. Paranaguá, 2007. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/transparencia/plano-diretor>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Plano Nacional de Habitação*. Brasília: Ministério das Cidades, dez. 2009.

FOLHA DO LITORAL. *Imóveis desapropriados são ocupados novamente na Vila Becker*. Paranaguá, 01 de setembro de 2018. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/direito-justica/imoveis-desapropriados-sao-ocupados-novamente-na-vila-becker/#.XQOkoohKjIU>. Acesso em: 16 de Maio de 2019.

CARDOSO, Isabel. *O espaço urbano e a re-produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Revista Libertas, v. 11, n. 2, ago./dez. 2011.

CFESS. *Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana, subsídios para reflexão. Aspectos Relevantes da Trajetória da Política Urbana no Brasil*. Brasília, 2016, 54 p.

CUNHA José; JAKOB, Alberto. *Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas*. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Estudos de População, v. 27, n 1, p. 115-139, jan./jun. 2010.

FOLHA DO LITORAL. *Imóveis desapropriados são ocupados novamente na Vila Becker*. 01 de setembro de 2018. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/direito-justica/imoveis-desapropriados-sao-ocupados-novamente-na-vila-becker/>. Acesso em: 27 de Maio de 2019.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO. *Carta mundial pelo Direito à Cidade*. 2006.

IBGE. *Censo demográfico do Paraná de 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

KOGA, Dirce. *Territórios de vivências em um país continental*. Serviço Social e Saúde, v. 14, n. 1, jan./jun. 2015.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Editora Centauro, 2008.

- HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre. 2004.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Loyola, 2010.
- HONDA, Sibila. *Política habitacional de baixa renda e a atuação do capital privado: o Programa de Arrendamento Residencial em Presidente Prudente (SP)*. Revista Brasileira de Gestão Urbana. vol. 5, n. 1, p. 107-117, jan./jun. 2013.
- MARICATO, Ermínia. *Questão Fundiária Urbano no Brasil e o Ministério das Cidades*. México, UNAM, 2005. p. 3-14.
- MARICATO, Ermínia. Conhecer para Resolver a Cidade Ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo. (org.) *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte, editora Arte, 2003. p. 78-96.
- MINAYO, Maria. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. *Regularização Fundiária Urbana*. São Paulo, Ministério Público, 2017.
- PARANÁ. *Diário Oficial do Paraná*. Edição eletrônica, n. 6080, 21 de setembro de 2009.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo, 2015.
- SPOSATI, Aldaíza. *Território de gestão de políticas sociais*. Londrina, Serviço Social em Revista, v. 16, n. 1, p. 05-18 jul./dez. 2013.
- TUMELERO, Silvana. *Estado, produção do espaço e intersectorialidade: crítica e criação na implementação de políticas públicas*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 399 p. 2015.
- VARELLA, Marcelo. *Uma discussão espacial a partir das cartografias sociais e a representação de territorialidades específicas*. Paraná, Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 2, n. 1, p. 13-29, jan./jun. 2013.
- VILLACA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo, Global, 1986.

## APÊNDICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS

### CÂMARA DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do(a) pesquisador(a).

Título do projeto: O DIREITO À MORADIA DIGNA NOS PROCESSOS DE REALOCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DOS MORADORES REALOCADOS DA VILA BECKER AO PORTO SEGURO, PARANAGUÁ-PR.

Acadêmica responsável: Nathália Mazuchi Braz de Oliveira

Telefone: (41) 995982134

Orientadora: Profa Dra. Silvana Marta Tumelero

Telefone: (41) 3511-8265 (41) 99994-1808

O Objetivo desta pesquisa é “compreender a dinâmica experienciada pelos moradores da Vila Becker na realocação ao Porto Seguro e sua vivência no novo espaço”.

A sua participação na pesquisa consiste em participar de uma entrevista que será realizada pela acadêmica, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o(a) pesquisado(a). Os procedimentos aplicados nesta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Permito que a acadêmica relacionada acima obtenha fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Concordo que o material e as informações obtidas possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade da acadêmica-pesquisadora responsável por este e sob sua guarda.

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, RG

\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo

assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela acadêmica- pesquisadora sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Nome e assinatura do sujeito:

**APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS**

**CÂMARA DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DOCUMENTOS E DADOS EM**

**ARQUIVO**

**Título do projeto: “O DIREITO À MORADIA DIGNA NOS PROCESSOS DE REALOCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DOS MORADORES REALOCADOS DA VILA BECKER AO PORTO SEGURO, PARANAGUÁ-PR”.**

Acadêmica responsável: Nathália Mazuchi Braz de Oliveira

Telefone: (41) 99598-2134

Orientadora: Profa Dra. Silvana Marta Tumelero

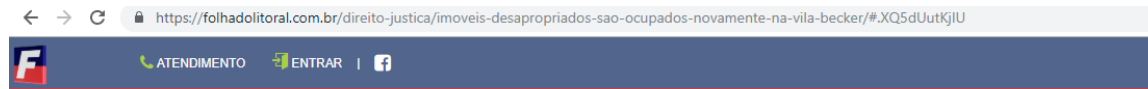
Telefone: (41) 3511-8265 (41) 99994-1808

A acadêmica-pesquisadora do projeto, acima identificada assume o compromisso de:

- a) Preservar a privacidade dos sujeitos da pesquisa cujos dados serão coletados;
- b) Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- c) Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.

Matinhos/PR, maio de 2019.

## ANEXO 1 – IMOVEIS DESAPROPRIADOS SÃO OCUPADOS NOVAMENTE NA VILA BECKER



### **Folha do Litoral** O JORNAL DIÁRIO DE PARANAGUÁ E REGIÃO **NEWS**

Home / Editorias / Direito & Justiça / Imóveis desapropriados são ocupados novamente na Vila Becker

## Imóveis desapropriados são ocupados novamente na Vila Becker

01 de setembro de 2018



Fonte: <https://folhadolitoral.com.br/direito-justica/imoveis-desapropriados-saoocupados-novamente-na-vila-becker/>



## ANEXO 3 – PARANAGUÁ GANHA O PRIMEIRO TERMINAL PÚBLICO DE ÁLCOOL DO PAÍS

← → ↻ <https://www.tribunapr.com.br/noticias/economia/paranagua-ganha-o-primeiro-terminal-publico-de-alcool-do-pais/>



ECONOMIA

# Paranaguá ganha o primeiro terminal público de álcool do País

Por Fabiano Klostermann | 24/10/2007 | 00:00 |

A+ A- | [f](#) [t](#) [✉](#) [💬](#)

O Porto de Paranaguá ganhou ontem o primeiro terminal público de álcool do Brasil. A inauguração contou com a presença do ministro-chefe da Secretaria Especial de Portos do Governo Federal, Pedro Brito. De acordo com a previsão do superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Eduardo Requião, o terminal deve entrar em funcionamento em até 15 dias. ?Ainda estamos efetuando os testes de segurança exigidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para iniciar a operação. Não queremos correr riscos de segurança?, afirmou.

A estrutura foi construída na Vila Madeira e ocupa uma área total de 32 mil metros quadrados. A obra custou R\$ 13,7 milhões e foi custeada com recursos próprios da Appa. O terminal é composto por sete tanques com capacidade de armazenamento para 37,5 mil metros cúbicos de álcool. Já a ligação ao pier de embarque é feita por uma rede subterrânea de quatro quilômetros de dutos, instalados paralelamente à linha de embarque da Petrobrás

Fonte: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/economia/paranagua-ganha-o-primeiro-terminal-publico-de-alcool-do-pais/>

## ANEXO 4 – REALOCAÇÃO QUARENTA ANOS DEPOIS EM PARANAGUÁ

<https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/realocacao-quarenta-anos-depois-em-paranagua/>

≡ **tribuna**

PARANÁ

# Realocação quarenta anos depois em Paranaguá

A grande maioria das famílias não quer ser realocada e exige indenização

Por **Mara Andrich** | 26/07/2009 | 00:00 |

A+ A- | [f](#) [t](#) [✉](#) [💬](#)  
0

**H**á cerca de 40 anos, as famílias que moram nas vilas Becker e no Canal do Anhaia, no entorno do porto de Paranaguá, na região considerada de risco por abrigar empresas que trabalham com produtos perigosos, estão constantemente em perigo.

E para piorar, a determinação da Justiça de que elas devem ser retiradas do local não fez efeito até agora e, somente na semana passada, o governo do Estado anunciou um plano de realocação.

Porém, nenhum morador da região acredita, pois como eles mesmos dizem, já faz tantos anos que a história se estende que ninguém mais crê em mudanças. A grande maioria das famílias não quer ser realocada e exige indenização caso sejam retiradas do local.

<Notícias Relacionadas>

Se não bastasse a explosão no navio Vicuña há mais de cinco anos – que até hoje deixa marcas, como casas rachadas, por exemplo, e o medo das pessoas – a situação foi agravada há cerca de duas semanas, quando um vazamento no Terminal Público de Álcool mais uma vez assustou quem mora no local.

Fonte: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/realocacao-quarenta-anos-depois-em-paranagua/>

